

MIRANDA DE ANDRADE

AO RITMO DA VIDA

(ESTUDOS E CRÔNICAS)

BRAGA / 1959



34.3-9Andrade

A Biblioteca Municipal
de Barcelon serve o
Vrache de Azevedo

Trinca
Biblioteca
C.M.B.
Set, 2 - Set - 1967.

AO RITMO DA VIDA



OBRAS DO AUTOR:

Camões e o Platonismo (um problema de crítica literária) — 1926.

O Poeta António Fogaça (estudo biográfico-crítico) — Ed. da Livraria Cruz, Braga — 1949.

A Lição de Camões (estudo sobre o valor moral dos « Lusíadas ») — 1951.

Eça de Queirós e a «Revista de Portugal» (Ed. da rev. « Ocidente », Lisboa) — 1953.

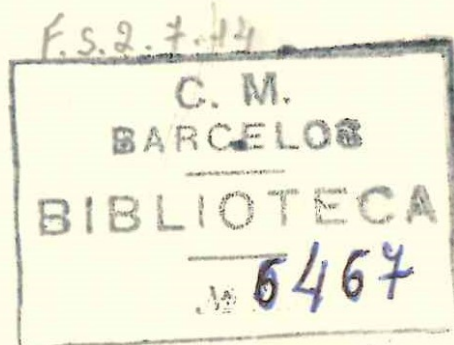
Ao Ritmo da Vida (estudos e crónicas) — 1959.

MIRANDA DE ANDRADE

C.M.B.
Biblioteca

Ao RITMO DA VIDA

(ESTUDOS E CRÔNICAS)



Barcelos
Perm.

BRAGA / 1959

Reprografia
C.M.B.

NO REINO DA VIDA

1971

AO LEITOR

Afirmou, um dia, Goethe que quem não pode esperar ter um milhão de leitores não deve escrever uma só linha. Pois contrariamente ao conselho do genial criador do «Fausto», o Autor decidiu escrever e, ainda mais, publicar em livro uma série de crónicas e breves estudos, de feição literária, que no decurso dos anos, — desde o já longínquo de 1943 —, foi dando à estampa em diversas publicações portuguesas: jornais diários e revistas de Lisboa, Porto e Braga.

Raríssimos escttores poderão ter a inefável ventura de possuir um milhão de leitores e bem poucos homens de pena haveria no mundo, se todos resolvessem seguir o pensamento desanimador do glorioso artista do «Werther».

Goethe, ao formular a sua máxima, não teria presente no seu largo espírito a necessidade catártica de todo o ser humano nem o gosto, mais ou menos profundo, com que se nasce, ou que se cria, por estas coisas do intellecto, cuja exposição ou divulgação se tornam não só convenientes mas até necessárias para esclarecimento das massas e edificação do indivíduo. E muito menos se lembraria de que toda a audiência é relativa, pois depende da grandeza do país para que se fala ou escreve. Quando ele é pequeno, e é o caso, terão os que escrevem de contentar-se com poucos leitores — um número muitíssimo

inferior ao que apregooou como limite-base o grande homem de Weimar. Não terá também o Autor maior desejo, porque, verdadeiramente, não tem outro senão o de manifestar mais uma vez, comunicando-os a reduzido círculo, o seu amor pelo estudo e o seu amor pela cultura, nas páginas que se seguem, pensadas e escritas, lenta ou celeremente, ao sabor das circunstâncias, ao ritmo da vida...

Setembro de 1959.

M. A.

UMA PAIXÃO DA MOCIDADE DE SÁ DE MIRANDA

NAQUELE ano de 1526, partia para Espanha a infanta D. Isabel, filha de D. Manuel I, a fim de casar-se com o Rei-Imperador Carlos V. No séquito da princesa, iam damas notáveis pela formosura e nascimento, e, entre estas, distinguiam-se D. Leonor de Mascarenhas, — a que fizera voto de castidade perpétua —, e D. Isabel Freire, ambas muito celebradas na corte pelas suas graças e peregrinos encantos físicos. Outras damas tinham animado, com o seu espírito e com a sua beleza, os famosos serões do Paço da Ribeira: D. Joana de Vilhena, D. Margarida de Mendonça, D. Joana Manuel, D. Mécia da Silveira, D. Maria de Meneses, D. Mécia de Távora...

Um grande e vivo affecto ligava a Infanta portuguesa a D. Isabel Freire, a ponto de declarar que se recusaria a partir para Castela se não a deixassem levar consigo a sua favorita dama de honor. Os encantos desta, porém, impressionaram ainda mais profundamente outro coração, — esse de um fidalgo e poeta que, na corte de D. Manuel, dera já boa conta de si como letrado, homem íntegro e autor de

galantes cantigas e vilancetes. Com o seu amigo e também cortesão Bernardim Ribeiro trocava confidências, falando-lhe este da sua avassaladora paixão por D. Joana Zagalo e ele do seu puro amor por D. Isabel Freire, próxima parente doutro seu amigo, D. Fernando de Meneses, que foi 2.º marquês de Vila Real, casado com D. Maria Freire, filha e herdeira de João Freire, senhor de Alcoutim.

Que voltas ou glosas teria ele já rimado em homenagem à lindíssima mulher que abrilhantava com a sua enfeiticante presença o ambiente faustoso das reuniões do Paço? O seu amor, alto e desinteressado, como o dum Petrarca por Laura de Noves, guardá-lo-ia bem dentro de si, sem ostensivas manifestações exteriores, assim como os seus próprios versos, que entoariam o íntimo e secreto canto de uma platónica e viva adoração...

Contudo, uma demorada viagem por Itália manteve-o, durante largos anos, afastado do habitual cenário do Tejo e de Lisboa e, portanto, da real corte, onde entronizara o seu ardente ideal feminino. No regresso, passando por Espanha, onde já se tinha realizado o casamento da infanta de Portugal com Carlos V, encontraria a bela Isabel Freire como dama da imperatriz, disfrutando de brilhante situação na pomposa corte de Madrid, rodeada de um halo de admiração e de um círculo de fervorosos adoradores, entre os quais sobressaía um poeta-soldado, estimadíssimo do imperador e já reverenciado como lírico de extraordinário talento, audazmente lançado, com o seu amigo Boscan, no cultivo da nova poesia ao gosto e estilo de Itália. Era esse poeta-soldado o já

célebre Garcilaso de la Vega, enamorado da beleza de Isabel Freire, a quem amava com elevação platónica e a quem cantava, em seus harmoniosos versos, sob o poético nome de Elisa. Paixão não correspondida, porque Garcilaso era já casado com Helena Zuñiga, dama da rainha D. Leonor, viúva de D. Manuel e irmã de Carlos V.

O nosso fidalgo-poeta não deixaria, porém, de travar conhecimento com o grande lírico espanhol, de mais a mais seu parente pelo ramo dos Sotomaiorez — apelido ainda usado por seu avô paterno. Além do sangue, unia-os o mesmo anseio de renovação literária. Rivais no amor à mesma mulher? Segundo o conceito do amor petrarquiano, conhecido de ambos, o objecto amado está acima do vulgar ciúme, porque se coloca sempre no plano superior, intangível, dos divinos seres...

Chegado a Portugal, o poeta lusitano não quis voltar a ser cortesão e instalou-se nas deliciosas e verdes paisagens do coração do Minho. Que aprazíveis lugares para leituras calmas e para a realização de uma poesia toda penetrada de bucolismo e saboroso gosto arcádico! Contudo, casou-se. Casou-se com dona pouco formosa, ao que dizem, como, anos antes, em 1528, Isabel Freire casara com homem de pouco gentil presença, um D. António da Fonseca, alcunhado de «o gordo», a quem vários, na corte espanhola, faziam alusões satíricas, com fundamento no seu desajeitado físico e na falta de méritos próprios. Entre eles não faltava o próprio Garcilaso de la Vega. Soube-se que tal casamento não trouxera ventura a D. Isabel. Por isso, o antigo enamorado

português, recordando «aquella hermosura / nunca vista sin espanto», não pôde deixar de afirmar, referindo-se com amargura à «Bela mal-maridada»:

*Donzella dichosa ansi,
Y dueña tan desdichada!*

Pior mal estava para vir. Ao nascimento do terceiro filho, morria Isabel Freire, tão formosa e malograda. Era em 1534, e logo o vate português, do fundo do seu retiro, das margens serenas do Neiva, ergueu um canto de protesto e de saudade pelo desaparecimento prematuro daquela que tinha sido a inspiradora dos seus primeiros versos e o enlevo do seu coração moço. Deu ao canto o título de *Célia* — o nome da «pastora» que o inspirara e cuja morte é sentidamente deplorada pelo grupo numeroso de «pastores» que bem sabiam da sua bondade e virtudes. «Ó buena, ó santa Célia...».

A dor atingiu também o outro cantor das margens do Manzanares, o poeta-soldado que a tivera como divina musa das suas éclogas e canções. Embora ausente em Nápoles, sentira profundamente o golpe.

Quis o destino poupar Garcilaso na batalha de Pavia e no cerco de Viena, onde lutara com brio nas falanges guerreiras de Carlos V. Em Túnis, foi ferido, ao combater sob as ordens do infante D. Luís de Portugal, que heròicamente conquistou a cidade. O acidente repetiu-se, mas desta vez mortalmente, em França, numa luta travada em 1536, a quando do assalto ao castelo de Muy, perto de Fréjus, na Provença.

O trágico fim, aos 33 anos de idade, do moço poeta de Espanha, dotado de génio e em plena glória, arrancou lágrimas ao imperador e a toda a corte madrilenha. O triste successo teve eco na corte de Portugal e o próprio solitário de Duas Igrejas, no Minho, — porque o nosso fidalgo-poeta é verdadeiramente Sá de Miranda —, celebrou o acontecimento, um ano depois, em longa e brilhante écloga, a que, como clara manifestação de rendida homenagem, deu a forma literária das éclogas escritas por Garcilaso, já considerado o príncipe dos poetas espanhóis, e o título de «Nemoroso», seu criptónimo em poesia. Foi homenagem ao cultor das novas Musas, àquele a quem «Apolo d'alto escuchava»; foi homenagem ao parente ilustre, de sangue nobre, ligado ao dos Sás, tão destemido na guerra como ousado nas Letras, e foi, certamente, um pretexto para uma oportuna afirmação de alta simpatia a um espírito que comungara, com o seu, na mesma adoração à mulher amada, — adoração toda pura e espiritual, de que eram exemplos cintilantes as figuras tutelares de Petrarca e Dante, seus mestres prestigiosos.

1959.

A FÁBULA DO MONDEGO

EM 1527, D. João III e a sua corte abandonavam Lisboa, dizimada pela peste, e assentavam residência em Coimbra. Logo Gil Vicente fez e representou nesse mesmo ano, talvez numa das salas dos paços reais de Santa Clara, uma festiva comédia sobre a divisa da cidade do Mondego, isto é, sobre o seu brasão, que ostenta, como é sabido, em campo vermelho, uma donzela coroada, emergindo duma copa ou cálice de ouro, e ladeada por dois animais simbólicos: um dragão verde e um leão de ouro rompente.

Interpretando de maneira pessoal o seu significado, Gil Vicente fez uma invenção, que tem este breve argumento: o feroz gigante Monderigon, detentor, num castelo, da princesa Colimena e outras donzelas, é vencido e morto por uma serpe e um leão, aliados de Celipôncio, cuja irmã o gigante pretende raptar. Na fantasia do comediógrafo, de Monderigon veio o nome do rio e de Colimena o da cidade de Coimbra.

Ainda mal extintos os aplausos com que os áulicos alegremente premiaram, mais uma vez, o talento de Mestre Gil, logo outro poeta, também muito

conhecido dos cortesãos e do próprio D. João III, tomou o mesmo assunto e, igualmente em castelhano, perante o mesmo auditório, apresentou a sua versão sobre a origem do nome Mondego e as figuras do escudo da antiga e histórica cidade. Dizem que esse Poeta, na força da vida e do seu poder criador, conimbricense de origem, recém-chegado da Itália, se magoara com certas palavras acerradas ditas no prólogo do auto sobre a «Divisa da Cidade», nas quais veria alusões a pessoas de sua família. Seriam uma reacção de Gil aos remosques do novo Poeta contra o teatro nacional, ditas, pouco antes, no prólogo da sua comédia «Estrangeiros». Tudo já seria manifestação da luta incipiente entre duas épocas literárias, duas «medidas», dois estilos. Seria já a guerra entre os partidários dos velhos metros e os dos metros novos e, mais do que isso, entre dois géneros de homens e duas idades. Logo que chegou da Itália e da Sicília, cuidou esse Poeta de impor um «stil nuovo» ao seu País, e começou, talvez propositadamente, pelo teatro, escrevendo aquela comédia, em prosa portuguesa, composta segundo os cânones de Plauto e Terêncio, um tanto modificados pelos novos escritores dramáticos italianos. E, muito pouco depois, em 1528, apresentou a primeira composição em verso moderno, a primeira tentativa, em Portugal, de uma poesia feita ao gosto italiano e nos moldes do «novo estilo». É a «Fábula do Mondego» —, uma canção, ou melhor, uma longa poesia bucólica, com que iniciou Sá de Miranda, no domínio lírico nacional, a sua grande revolução literária. Não a escreveu em português, mas em caste-

lhano, como o fizera Gil Vicente na sua comédia, com excepção do prólogo e da parte final. Haveria vários motivos: deferência para com a família real e a corte, que se exprimiam correntemente em espanhol; vantagem em adoptar uma língua, mais evoluída que a própria e caracterizada pela sua grande fluência e eufonia; influxo gostoso de dois poetas do país vizinho, seus contemporâneos, Boscan e Garcilaso — dois italianizantes que talvez tivesse conhecido pessoalmente na sua passagem por Espanha, e cujas éclogas e canções já lera e saboreara com delícia. Não era a primeira vez que o fazia. Ainda em Lisboa, antes da sua grande viagem, também utilizara o castelhano em muitas das suas «trovas à maneira antiga»: glosas, vilancetes, esparsas e cantigas. O mesmo faria depois, na sua comenda das Duas Igrejas ou na sua Quinta da Tapada, no Minho, onde exerceu um autêntico magistério intelectual que conseguiu impor-se vitoriosamente às novas gerações literárias da nação.

Foi, pois, em Coimbra, e tratando um tema que se prendia com as tradições da sua cidade natal, que o Doutor Francisco de Sá lançou perante a culta corte de D. João III, os primeiros versos recortados à italiana, a primeira amostra de poesia à maneira de Petrarca e Ângelo Policiano. O assunto tratou-o já como escritor clássico, e não só quanto à forma. Nas quarenta e sete estâncias da composição, de catorze versos cada uma (excepto o Epitáfio que é em oitava rima), expôs o autor uma história de sabor pastoril, entrelaçando-a de reminiscências e evocações mitológicas constantes. Com efeito, o caso do pastor

Diego, donzel de nobre nascimento, da ribeira do rio Munda — *«que es dezir, clara agua y pura»* — e da ninfa formosíssima, de beleza divina — *«ven- cen sus ojos las estrellas claras»* —, levou-o a recordar, pela semelhança de situações, o antigo e fami- gerado conto de Orfeu e Eurídice, já poeticamente versado por Policiano. É o próprio Diego — casti- gado duramente pelo Amor em face da sua ousadia em surpreender com seus olhos mortais a beleza da Ninfa imortal, num florido bosque das margens do rio —, é Diego quem, acompanhado da sua *«zam- poña»*, entre lágrimas e suspiros, relembra com pala- vras magoadas esse episódio mitológico, para lenitivo do seu próprio e intenso sofrimento. É idêntico o acidente. Orfeu perde Eurídice por se voltar e a ver. Diego, por decisão vingadora e impiedosa dos deuses, não mais pode ver a bela Ninfa e erra com a sua paixão e a sua dor pelos montes e campos do Mon- dego até ao trágico final da sua vida.

«.

Ora, del claro Munda y del Diego
el su lusillo (¹) erguido ali cercano
mudó el nombre al Mondego,
que parte el vuestro Reino Lusitano.

Por nueva prueba del antigo cuento,
que mi flaca Talia os ha cantado,
conservólo Coimbra en su pendon,

(¹) Túmulo.

*como hoy cad'año al aire desplegado,
la Ninfa en forma d'un encantamiento,
que la guarda un drago y un léon;
.....»*

Ao contar o episódio orfeico, pela boca do desventurado zagal, não deixou o Poeta de referir, como dissemos, largo cabedal de mitologia pagã, como era norma e gosto acentuado de todo o clássico: a lenda de Ceres e Proserpina, as três Euménides, o lago Estígio, o barqueiro Caronte, o cão Cerbero, o suplício de Ixon e o de Tântalo, o castigo das Danaides, a condenação do gigante Tício. Noutros passos da composição, encontram-se alusões a diversas figuras míticas: o deus Pan, o caçador Acteon, a deusa Diana, Latona e Apolo.

Conseguiu Sá de Miranda, pela forma e pela concepção, dar beleza literária à sua delicada produção poética, e não deixa de ser curioso surpreender nela duas coisas que geralmente se não reconhece no moralista e filósofo da Quinta da Tapada: alta criação artística e fluência de frase. É evidente que Miranda foi nesta sua «Fábula do Mondego» muito mais artista do que Gil Vicente na sua «Divisa da Cidade de Coimbra». O Mestre dos autos não pretendia senão divertir uma corte fugida de Lisboa, horrorizada pela peste, com uma ligeira comédia, que fundava com alusões, ora sérias ora jocosas, à linhagem de muitas famílias da nobreza portuguesa. Porém, o Poeta coimbrão não quis deixar de aproveitar a circunstância providencial da presença do Rei, da Rainha, dos Infantes, dos fidalgos letrados, — muitos

deles seus amigos —, na cidade donde era natural e onde residia, para com gravidade e austeridade desempenhar o seu papel de reformador literário e de introdutor de uma nova escola. Escolhendo o mesmo assunto que o seu antagonista genial, desejaria marcar bem a diferença de gostos e mostrar públicamente como os modelos italianos poderiam fazer subir a um mais elevado grau de beleza artística os temas a versar. Mercê do seu engenho e estudo, conseguiu elaborar, com nítido carácter clássico, uma composição bucólica, — «um canto pastoril», como ele mesmo diz na dedicatória a D. João III —, em que a simples «história» do pastor Diego e da Ninfa imortal parece que sobe ao plano mítico e se torna um caso afim do de Orfeu. Deve dizer-se, contudo, que boa parte de beleza da «Fábula» resultou do emprego, no ponto de vista estrófico, da construção rítmica que Petrarca usou na sua canção «Nella stagion», e dos recursos da linguagem castelhana quanto a fácil correnteza e doce harmonia musical. Com a «Fábula do Mondego», de tão acentuado vinco petrarquiano, e já esmaltada, aqui e além, de vários indícios de lirismo platónico, Sá de Miranda abre o caminho àqueles nossos poetas quinhentistas que aceitaram decididamente os modelos italianos da Écloga e da Canção, de que o génio de Camões viria a dar-nos, em breve, as mais altas e as mais belas expressões.

1958.

UM BUSTO DE CAMÕES EM PARIS

O escritor francês André Billy recordou recentemente, nas páginas do semanário parisiense «Le Figaro Littéraire», a existência de uma associação pró-Camões, em Paris, em tempos distantes, que roçam já pelo meio século. Ele próprio pertenceu a essa associação e, lembrando embora vagamente o facto, escreve:

«Um número especial da revista «Synthèses», consagrado ao «mundo dos Lusíadas», trouxe à minha memória um certo «Comité Camoëns», a cuja actividade muito gostei de pertencer, assim como alguns dos meus confrades. Isso devia ter sucedido pelos anos de 1912 ou 1913. Lembro-me de que o secretário — e zeloso secretário — era Camilo Frois. Nele figuravam alguns dos melhores nomes literários de então, desde Paul Adam até ao marquês de Vogüé e André Warnod. Já não tenho de tudo isso uma ideia precisa, mas recordo-me de nos ver reunidos no bulevar Delessert, diante de um busto de Camões, que desapareceu pouco tempo depois e que, se me não engano, foi recolhido na Biblioteca Mazarine por Georges de Porto-Riche.»

Estas palavras de André Billy despertaram evoca-

ções em várias individualidades francesas e o próprio director dos Arquivos da Cidade de Paris não deixou de contribuir com algumas preciosas informações para o esclarecimento do assunto. Ficou-se sabendo, pois, conforme os dados fornecidos por aquele director, chamado François de Vaux de Folletier, que o busto do nosso grande Épico, obra do escultor Luigi Betti, foi solenemente inaugurado no dia 13 de Junho de 1912, na avenida parisiense que tem o seu nome, junto do bulevar Delessert, não longe dos jardins e palácio do Trocadero. Estiveram presentes à cerimónia da inauguração do busto os representantes diplomáticos das nações latinas, especialmente portugueses, espanhóis e italianos. À noite, no Hotel Continental, realizou-se um grande banquete, — um banquete que reuniu duzentos convivas, admiradores do génio de Camões e entusiastas da sua nobre e elevada poesia.

A comissão do monumento era constituída pelas seguintes personalidades, algumas das quais da maior evidência e do mais alto prestígio nas letras francesas de então: Frederico Mistral, o célebre poeta da Provença, autor da «Mireille»; os consagrados líricos Jean Richepin e Léon Dierx; o grande romancista e crítico Anatole France, Achille Millien, Maxime Formont, Jules Bois, R. Chailley, Henri Scarabin e o português Xavier de Carvalho.

Porém, o busto do imortal Poeta português, inaugurado sob tão bons auspícios e com tão valiosos padrinhos espirituais, não mereceu a total concordância dos parisienses. Não que eles achassem menos justa a homenagem a uma das maiores figuras da

intelectualidade latina, embora não francesa, mas por motivos de ordem técnica e ainda por razões de ordem estética. O monumento, artisticamente, não agradou.

Foi o assunto vivamente debatido no Conselho Municipal e na própria Imprensa francesa e estrangeira. Tão largamente se discutiu que já toda a gente falava de «l'affaire Camoëns». A controvérsia só amainou com a promessa, solene e segura, de que outro monumento, mais belo, surgiria noutra localidade de Paris para afirmar concretamente a homenagem do espírito francês e da capital francesa ao imortal autor dos «Lusíadas». Mas veio a guerra de 1914-1918 e a promessa não pôde ser cumprida. O caso caiu no esquecimento, que talvez não fosse total. É bem possível que muitos intelectuais franceses, alguns dos quais ainda ligados directamente à simpática actividade pró-camoniana do ano de 1912, tenham tido sempre o desejo e o intento de promover a execução do que, há tanto tempo, fora prometido. Pelo menos, veio lembrá-lo, há semanas, o conhecido homem de letras André Billy no citado semanário parisiense, onde deixou escritas estas palavras, que o tornam credor da gratidão dos portugueses: «Camões, relegado há quarenta e cinco anos para a Biblioteca Mazarine, espera ainda e sempre que um busto digno de si lembre a sua memória nalguma via pública de Paris. Retome-se o assunto para ser definitivamente resolvido».

1958.

O DUQUE DE SAINT-SIMON E AS SUAS «MEMÓRIAS»

NUMA das cortes mais faustosas do Mundo, a de Versalhes, cintilou um dos mais vivos espíritos franceses — esse célebre duque de Saint-Simon, Louis de Rouvroy, historiador que não quis fazer história, porque apenas desejou deixar, ao património intelectual do seu país, vinte volumes de «Memórias» sobre os últimos vinte anos do reinado de Luís XIV, sobre a Regência e os princípios do reinado de Luís XV. Contudo, e apesar do que de pessoal e, por vezes, inexacto nelas se encontra, é a essas «Memórias» que escritores e investigadores vão buscar elementos e factos para os seus trabalhos, encantados com o perfeito do retrato ou surpreendidos com a imagem expressiva do acontecimento. Militar, cortesão, político, Saint-Simon, com residência fixa na corte versallesca, passeou longamente nos salões doirados e nos belos jardins do imponente palácio a sua gravidade de áulico e a sua majestade de grande senhor. Mas viu, observou e tudo fixou na sua prodigiosa retentiva: o Rei, o grande Rei, que, aliás, não simpatizava com ele, desde que apresentara a sua demissão de mestre-de-campo do exército, por não ver recompen-

sados os seus serviços como desejava; os parentes do Soberano, uns seus amigos, como o Duque de Orleães, futuro Regente, outros seus inimigos, a quem retratou impiedosamente em páginas que, às vezes, podem considerar-se atrabiliárias e injustas; as grandes figuras da corte, quer sejam Madame de Maintenon, a duquesa de Borgonha, o duque de Maine, quer ainda Fénelon, Racine, o duque de Noailles; as residências reais de Saint-Germain, Versalhes e Marly; muitos contemporâneos seus e muitos factos que nem sempre apreciou rectamente, antes misturou ao seu juízo larga dose de paixão e de parcialidade. Todavia, dotado de grande intuição psicológica e sensibilidade vivíssima, debuxou excelentes quadros da sociedade aristocrática da sua época e fez, em rápidos traços, flagrantes e expressivíssimos retratos humanos, a que ele próprio chamou «crayons». Pode dizer-se que, não sendo filósofo nem moralista, se contentou em ser, ou apenas desejou ser, o pintor da corte de Luís XIV — funções para as quais são mais necessárias a excitabilidade de espírito, a sensibilidade, a paixão, a habilidade do traço ou a felicidade da cor... O marquês d'Argenson, que o não estimava, definiu-o assim: «um devoto sem génio e cheio de amor próprio». Tudo está certo, excepto a afirmação de não possuir génio. Tinha, pelo menos, um real talento literário. Mais feliz parece ser a definição do crítico Lanson: «pelas ideias, foi um feudal; pelo temperamento, é nosso contemporâneo». Precisamente por esse temperamento, pelo carácter das suas afirmações apaixonadas, em que constantemente faz *étalage* do seu *moi*, é que as suas «Memórias»,

ao aparecerem, em 1830, em edição completa, tiveram tão grande retumbância entre os românticos, isto é, entre os contemporâneos de Hugo e Michelet. A linguagem de Saint-Simon era já a de um artista do Romantismo. Foi uma revelação! Por isso, o êxito de livraria foi o maior, depois de Walter Scott.

Saint-Simon, duque e par do reino, considerando a Nobreza a única classe digna de governar ou administrar o país, foi, no seu tempo, um representante desse passado, contra o qual vinha já reagindo o povo francês. Intolerante neste aspecto, embora tolerante em religião — ele manifestou-se contrário à revogação do Édito de Nantes —, Saint-Simon revoltou-se intimamente contra o reinado de Luís XIV, vendo nele um longo reinado da burguesia, introduzida na corte e prefigurada nos grandes ministros do Rei-Sol: Colbert e Louvois. Por isso, os odiou, e os pintou, nas suas páginas, com as tintas da paixão, a qual, como disse alguém, se, por um lado, cega o juízo, por outro ilumina a visão.

Figura complexa e curiosíssima a deste aristocrata, áspero censor do seu Rei; piedoso, arreigadamente católico e contrário a toda a perseguição religiosa; capaz de um profundo amor por sua mulher, a filha do marechal de Lorges, e capaz dos mais vivos e duradouros ódios; com ideias e preconceitos já obsoletos ou já mortos, por um lado, e, por outro, adiantando-se de um século ao seu tempo, quanto à linguagem; sem possuir verdadeiramente o sentido da História e fazendo, sem o saber, trabalho para a história do seu tempo...

O estilo é o homem — diz-se. Pois também no

seu estilo está o homem que era Saint-Simon: fogoso, cheio de contrastes, brusco, audacioso, violento... A sua prosa não é a de um académico ou a de um purista. Escreveu sem preocupações de beleza formal e nem mesmo a correcção do período constituiu especial cuidado do seu espírito. Mas o vocabulário é rico, enérgico, variado, e não conhecemos, na literatura da França, melhor frase para traduzir, com mais vigor, a força impetuosa dos sentimentos que agitam o coração do homem.

1958.

NO CENTENÁRIO DE ALMEIDA
GARRETT

EM 1889, por ocasião do centenário do nascimento de Garrett, a Sociedade de Geografia de Paris engalanou-se e tomou um ar festivo para celebrar o acontecimento com uma brilhantíssima sessão solene, a que presidiu o poeta, romancista e dramaturgo francês Catulle Mendès, um dos nomes mais prestigiosos no meio intelectual parisiense de então. Pronunciaram-se diversos discursos, tocou-se música excelente do nosso maestro Francisco Lacerda, o pianista Viana da Mota foi admirável de virtuosidade e uma actriz leu esplêndidamente uma bela tradução do episódio do Romeiro do *Frei Luís de Sousa*. Sessenta e seis anos antes, quem assim se festejava na capital francesa, num ambiente de entusiasmo, de veneração e de carinho, não era senão um pobre exilado português, que habitava, com sua família, uma mansarda na Chaussée d'Antin, nesse Paris de 1833, que vivia a sua febre revolucionária, a sua erupção romântica. Sem recursos próprios, vivendo apenas do subsídio que o governo de Luís Filipe concedia aos emigrados políticos portugueses, Garrett, o exilado, aí sofreu as maiores privações, as quais fazia por esquecer ou

atenuar entregando-se por completo ao estudo e à composição de obras literárias, sua paixão de sempre! Não raro esparecia a sua mágoa de proscrito saindo para as sombras românticas do Bosque de Bolonha, descendo depois os Campos Elísios, — que não eram então a grande artéria de hoje —, visitando o imponente templo da Madalena, ou entrando ainda no Café Tortoni, — o café de poetas e literatos, célebre em todo o mundo e que ficava no chamado bulevar de Gand. O nosso Poeta era também um apaixonado das Artes, — publicara já o ruidoso livro *Retrato de Vénus* sobre pintura —, e, por isso, às vezes, atravessava a praça Vendôme, sumia-se por entre as árvores das Tulherias e penetrava no Museu do Louvre para admirar tanta obra-prima que se espalhava pelas suas inúmeras salas, paredes e galerias. Uma, que ali estivera exposta, com extraordinário êxito, no *Salon* de 1824, não deixaria ele nunca de rever na imaginação: — o quadro «Morte de Camões», de Domingos Sequeira, outro expatriado, a quem dedicara uma ode, plena de admirativa afeição, que vem nas *Flores sem Fruto*. Dizem que teria sido a vista de tal quadro o móbil inspirador de um poema seu — o *Camões*, que já escrevera, na foz desse mesmo Sena que corria ali a seus pés, no Havre, e que, com outro, intitulado *Dona Branca*, lançara, em Portugal, os novos delineamentos literários, o novo surto artístico de um movimento que se ia conhecendo pelo nome estranho, e não aceite por todos, de «Romantismo». O asserto é talvez infundado. Mas quantas reflexões amargas não lhe teria provocado o magnífico painel do grande Pintor português, acerca das injustiças do

mundo e da maldade das paixões humanas, e como não lhe acudiriam, agora, à mente razões para rezear o seu próprio naufrágio perante o trágico desenlace do autor de «Os Lusíadas»!

Na sua pobre água-furtada da Chaussée d'Antin, rodeado dos seus e da sua miséria, assaltavam-no, porém, as saudades da Pátria e, com o coração a punzir do «acerbo espinho», recordava a sua descuidada infância no Porto, a sua inquieta adolescência nos Açores, a sua afirmativa e ardente juventude em Coimbra, onde desabrochava, com viço e vigor, o seu talento para o teatro na tragédia *Mérope* e noutros tentâmenes dramáticos, de inspiração latina ou francesa e de sabor nitidamente arcádico. Vinha, depois, Lisboa, o seu lugar de oficial de secretaria do Ministério do Reino, a representação do *Catão*, num teatro do Bairro Alto, a sua paixão fulminante por Luisa Midosi, o seu casamento, a sua entrada na vida política. Ainda em Coimbra, pegara-se-lhe à alma o fogo do Liberalismo, e, desde então, não mais o deixou. Por ele pena, por ele parte para o exílio, para Warwick, na Inglaterra, nas margens do Avon, perto da terra natal de Shakespeare. Aí lê o imortal autor do *Hamlet*, aí lê os versos de Byron, os romances de Walter Scott, e essas leituras revolucionam-lhe o espírito e preparam-no para a missão de grande reformador da nossa Literatura. Transporta-se, depois, para Londres, onde, recomeçando o trabalho literário, publica algumas obras, entre as quais as cartas do seu tratado *Da Educação*. Mas a sua situação pecuniária é angustiosíssima e obriga-o a procurar trabalho em França. Empregado na Casa Lafitte, no

Havre, ocupa-se, — depois de terminada a correspondência comercial de cada dia, — dos seus estudos e leituras favoritas. Lê e estuda infatigavelmente. E, agora, é uma delícia saborear e deixar-se influenciar pelos românticos franceses: Chateaubriand, duma prosa musical como nenhuma outra; Lamartine, lido e relido entusiasticamente nas suas *Méditations* e nas suas *Harmonies poétiques et religieuses*; Delavigne nas suas *Messéniennes*; Vigny nos seus *Poèmes*; Vitor Hugo nas suas *Odes et Ballades*. Escreve ele próprio também os seus poemas e as suas prosas, — não esquecendo, antes amando e admirando sempre, a terra que o expulsara...

Por patriotismo e sincera convicção política, alistara-se, um dia, num batalhão de caçadores, que D. Pedro IV, com outros soldados arregimentados em França e na Inglaterra, embarcara em Belle-Isle de vela para a Terceira. Desembarca no Mindelo, com o seu saco e a sua espingarda de soldado do Corpo Académico, e toma parte no cerco ao Porto. É a nota de valor militar da sua vida. Mas este triunfo fizeram-no apagar as caprichosas flutuações da política. Ficarà, no entanto, dele, para as Letras nacionais, *O Arco de Sant'Ana*. E eis outra nota saliente e constante na sua existência: o amor inalterável pelas Letras, que são a sua deslumbrante vocação e a consolação mais doce em dias e anos de tribulações que o Destino pròdigamente lhe tem reservado, como agora, nesse inverno de 1833, na capital da França, onde sofre outro desterro político, porque a missão Palmela, de que era secretário, fora dissolvida em Londres e o Governo português não lhe

dera meios nem possibilidade de efectuar o seu regresso à Pátria.

Que lhe reservaria o Futuro? Pergunta que Garrett faria, muitas vezes, a si próprio nesse ostracismo em que vivia nas margens do Sena, isolado e até desprezado, na sua pobre morada da Chaussée d'Antin. O Futuro reservar-lhe-ia, porém, uma vida brilhante, embora entrecortada de agruras e alegrias, desgostos familiares e êxitos pessoais, perseguições de adversários e rotundos triunfos de sociedade. Politicamente, viria a ser deputado, o primeiro orador parlamentar, encarregado de negócios e cônsul geral em Bruxelas, — onde aprenderia o alemão para se familiarizar com as obras de Goethe, de Herder e de Schiller —, par do Reino e, posto que efêmeramente, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Literariamente, uma série de sucessos empolgantes que lhe trariam a consagração e a glória. Decidido a recriar o Teatro Português, escreveria, sob o influxo poderoso das novas formas de arte, esse grupo de peças admiráveis que vão desde as comédias históricas *Um Auto de Gil Vicente* e *O Alfageme de Santarém* até ao drama *Frei Luís de Sousa* — obra-prima bafejada por um sopro imortal de tragédia grega. Com elas, ascenderia ao lugar de maior dramaturgo português desde o século XVI. Visceralmente lírico, cantaria as *Flores sem Fruto*, em que há vozes e aromas de Lamartine, e, numa demonstração de ser verdadeiro o verso de Hugo — «Le coeur est toujours jeune» — faria, já no declinar da vida, um encantador feixe de *Folhas Caídas*, mais folhas de primavera ardente do que de pálido outono, um ramalhete ideal de sonhos

e zéfiros, de rosas e lírios, de aspirações e asas, de amores e estrelas... Um espírito que teimava em ser jovem e lhe daria, com a sua pertinácia, o direito de ser considerado o primeiro poeta lírico do seu tempo, isto é, da primeira metade do século XIX. Dele sairia ainda um livro, para cuja qualificação aparece somente uma palavra: encantador. São as *Viagens na Minha Terra*, uma novela deliciosa, incrustada numa espécie de memórias ou confissões à Rousseau, onde há de tudo: espírito, fantasia, graça, crítica amena, cultura, borboleteante variedade, amor ao torrão pátrio. Muitos dos seus capítulos têm já o recorte moderno duma crónica literária, num estilo vivo, fácil, corrente, quase familiar — uma prosa em que não é possível deixar de filiar as prosas admiráveis e actuais de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

Foi uma vida breve, mas uma vida cheia a de Almeida Garrett — autor que apetece sempre ler, entender, respeitar e amar. Apetece também imitá-lo em muita coisa: no seu amor a tudo quanto era português, legitimamente português; na fortaleza de ânimo que sempre provou, até nas emergências mais graves; no seu amor ao trabalho e ao estudo, que fez dele um dos escritores mais eruditos do seu tempo. Inteligência e saber foram qualidades primaciais da personalidade de Garrett. Mas também possuía um coração cheio dos mais altos e generosos amores: o amor da Pátria, que o levou a escrever o heróico poema *Camões*; o amor da Liberdade, que lhe inspirou a tragédia *Catão*; o amor da Terra, que lhe ditou as *Viagens*; o amor do Povo, que o fez

coleccionar o *Romanceiro*; o amor da Mulher, que cantou nas *Flores sem Fruto* e nas *Folhas Caídas*.

Relendo nestes dias a sua obra, — e lê-lo será homenageá-lo como ele merece — eu não pude deixar de pensar na grandeza do espírito que animou a sua individualidade de eleição, cuja riqueza de cultura e cujos horizontes intelectuais abarcaram um espaço, uma distância, que outros escritores ou artistas difficilmente alcançarão. Homem do século XIX, de cultura moderna, teve, no entanto, uma educação literária, — a primeira —, que lhe permitiu conhecer a literatura e a civilização da Grécia e de Roma com profundidade e a perfeição necessária para poder traduzir brilhantemente Anacreonte, Esopo, Horácio e Alceu; tentado pelas preciosas colecções castelhanas de canções e romances tradicionais, assim como pelas inglesas de Ellis, Percy e Walter Scott, mergulhou largamente na Idade Média e lá foi ainda buscar temas para as suas próprias obras; querendo um teatro português, de assuntos nacionais, o seu patriotismo levou-o a estudar, com afinco e devoção, os séculos da Idade Moderna, desde o Renascimento, para o devido ambiente das suas peças históricas, cujos processos dramáticos, no dizer de Teófilo Braga, precedem, no entanto, nalgumas dezenas de anos, os de Ibsen.

Coimbra chamou-lhe «divino»; Herculano, «extraordinário»; Aubrey Bell, crítico inglês, «uma grande força renovadora e civilizadora na vida e na literatura do seu País». Eu não tenho uma frase minha para uma síntese definidora. Não importa.

Irei buscá-la ao próprio Garrett, àquele passo da sua imorredoura obra-prima do teatro em que o escudeiro Telmo Pais se refere ao grande e imortal Luís de Camões, e direi que também ele foi «um dos corpos de maior alma que deitou Portugal».

1954.

O LIRISMO DE CESÁRIO VERDE

QUANDO Cesário Verde começou a publicar os seus primeiros versos, em 1873, no *Diário de Notícias*, de Lisboa, e no *Diário da Tarde*, do Porto, já muitos anos tinham decorrido sobre a primeira edição dos *Poèmes Antiques* (1852) e *Poèmes Barbares* (1862), de Leconte de Lisle, das *Fleurs du Mal* (1857), de Baudelaire, e sobre a impressão, feita pelo livreiro Lemerre, em 1866, do 1.º volume da colectânea *Parnasse Contemporain*, em que, além do chefe da escola parnasiana, colaboraram os poetas Sully Prudhomme, Heredia, Coppée, Léon Dierx, Mallarmé, Verlaine, Catulle Mendès e outros.

Muito embora tão largo espaço de tempo tivesse transcorrido após o aparecimento, em França, do parnasianismo de Leconte e do satanismo de Baudelaire, só por volta do início do último terço do século surgem, em Portugal, os primeiros acentos da nova poesia, em que vieram a destacar-se, além de Cesário, Gonçalves Crespo, João Penha, o Conde de Monsaraz, António Fogaça, Cristóvão Aires, António Feijó, Joaquim de Araújo e poucos mais, uma vez que tenhamos de considerar o nítido cunho polemístico e satírico, a intenção de reforma político-social e ainda um certo

romantismo à Hugo como essenciais características das obras de Junqueiro e Gomes Leal. Outros foram, com efeito, os objectivos da poesia parnasiana. Esta liga-se ao espírito científico da época, quer pela observação, quer pelo gosto da erudição, quer ainda pela filosofia. Ela é, tal como o romance realista e o naturalista, uma manifestação simultânea do influxo do Positivismo comteano na Literatura. Realismo, Naturalismo e Parnasianismo têm, pois, suas comunicações íntimas, seus laços comuns, bem evidentes na atitude de objectividade que assumem, na rebusca da minuciosa observação, no pessimismo com que encaram a Vida, na mesma concepção estética da Arte. Dentro desta, um idêntico traço ainda: o cuidado da beleza formal, uma técnica impecável, uma versificação sem as negligências que cometiam, por vezes, os românticos, com excepção de Vitor Hugo, Gautier e Banville:

«*Sculpte, lime, cisèle;
Que ton rêve flottant
Se scelle
Dans le bloc résistant!*»

(T. Gautier — *Émaux et Camées*)

Se bem que a parnasianos e realistas una o mesmo princípio do esplendor da forma, da correcção e perfeição do estilo, e haja entre eles identidade de pensamento filosófico, o certo é que as suas obras acusam determinadas diferenças, sobretudo no gosto ou predilecção pelos temas escolhidos. Enquanto, por exemplo, Leconte de Lisle aborda os assuntos

graves da arqueologia ou da história antiga e medieval, Sully Prudhomme volta-se com entusiasmo para a filosofia e para a ciência, tentando realizar a união desta com a poesia; Heredia vibra com a beleza da forma «sólida e impecável», em sonetos que parecem talhados na beleza clássica do mármore, e François Coppée abre a sua sensibilidade de latino para captar da realidade exterior a matéria dos seus versos. Enquanto Leconte, bibliotecário e tradutor de grego, nos deslumbra de fria erudição, Sully Prudhomme, amante fervoroso da música, poeta do coração, ausculta a sua vida interior e filosofa com as suas tristezas íntimas e delicadas; Baudelaire, ao contrário, lança-se no mar tempestuoso e, às vezes, lodoso das paixões impuras e consegue, por sua maravilhosa arte, fazer-nos aspirar o perturbante encanto dalguns perfumes novos das «flores do mal» do seu jardim de esteta. Outros poetas parnasianos debruçam-se sobre os aspectos inferiores da Vida, armados da análise dos romancistas do Realismo, e dão-nos quadros familiares, cenas de rua, lados da rasteira existência burguesa, quando não as baixezas e misérias humanas. Contam-se entre eles Eugène Manuel, o já citado Coppée e Richepin. O género pode, no entanto, considerar-se já fundado por Vitor Hugo com o seu livro de versos *Les Pauvres Gens*, tendo atingido, talvez, o máximo da sua expressão na obra do autor de *La Chanson des Gueux*, cujos poemas sensuais, mórbidos e truculentos se não isentam, por vezes, de certo idealismo generoso. Mas a maior popularidade obtida com tal espécie de poesia alcançou-a Coppée, parisiense nato, que tanto se deliciou a observar e

a dar por escrito a realidade viva, os factos da vida corrente, os medióculos quadros burgueses, o quotidiano sem história, as vulgares felicidades ou infelicidades da gente humilde, fazendo uma poesia de observação do externo e de descrição correcta, a que não deixou, todavia, de imprimir emotividade e o calor da sua simpatia humana.

*«Lecteur, à toi ces vers, graves historiens
De ce que la plupart appelleraient des riens.*

.
.

*Ce sont des souvenirs, des éclairs, des boutades,
Trouvés au coin de l'âtre ou dans mes promenades,
Que je te veux conter par le droit bien permis
Qu'ont de causer entre eux deux paisibles amis.»*

(F. Coppée — *Promenades et Intérieurs*)

Não foi Cesário Verde um poeta parnasiano à maneira de Leconte de Lisle, de Heredia, de Sully Prudhomme, mas, em nosso entender, ao modo de Coppée e doutros que puseram os olhos na vida real e dela quiseram dar a nota objectiva e verdadeira, com maior ou menor originalidade. Com efeito, não se interessou o nosso Poeta, em seus versos, pelas religiões de outrora, pela filosofia de Vedas, Brâmanes, Gregos ou Hebreus, nem tão-pouco quis fazer poesia científica ou evocar, em sonetos cinzelados como os do autor de *Les Trophées*, as grandes épocas da história da Humanidade — a Grécia, Roma, o Re-

nascimento —, ou então o Oriente, os Trópicos e as magníficas paisagens, em quadros esplêndidos, trabalhados com os primores de lavrante florentino. Não há, na obra cesariana, inspiração filosófica nem ela revela o intuito de abordar os problemas do pensamento ou da ciência, moralizar o homem, lutar por um preceito político ou pela vitória de uma concepção social. É bem claro que a propensão essencial de Cesário é fazer poesia realista, poesia de descrição, transpor para o verso o «real», surpreendendo e captando, nas coisas, a nota do vivo, da cor, do movimento. Por esta atitude, afigura-se-nos que o poeta francês de quem mais o podemos aproximar é, de facto, — se não na forma, ao menos nos temas —, François Coppée, que, embora sob a influência de Leconte de Lisle hapa cantado, em poemas épicos, as brilhantes idades do passado, é elaborando o seu lirismo realista que ele se sente mais à vontade e nos dá as obras: *Intimités*, *Les Humbles*, *Promenades et Intérieurs*, *Poèmes Modernes*, *La Grève des Forgerons* e mais peças poéticas.

Como no romance Flaubert e os Goncourt, como na pintura Courbet e Millet, procurou ele traduzir, através do verso, dos seus correctos alexandrinos, a realidade da vida corrente e banal. E, tal qual Cesário, deixa transparecer a sua simpatia pelos humildes: o forjador, o emigrante, o pequeno merceeiro, as crianças, de quem nos refere as misérias e os prazeres, as alegrias e os sofrimentos, as ambições e os desenganos. Ambos os poetas se afastam, portanto, do cânon de Leconte, que foi cânon da escola:

*«Heureux qui porte en soi, d'indifférence empli,
Un impassible coeur sourd aux rumeurs humaines.»*

(Poèmes Barbares)

Nada tem de impassível a poesia de Coppée, nem a de Cesário, aliás mais viril e sensual, é «surda aos rumores humanos», alguns dos quais despertaram simpático eco na sua sensibilidade. A tísica da pobre engomadeira, o pesado trabalho da mulher da hortaliça, a vida fadigosa de peixeiras, marçanos, calceiros e carvoeiros, as cenas familiares, fazem brotar, no coração do Poeta, sentimentos de afecto, ternura ou compaixão. Não há efusão lírica, como nos românticos, mas simples expressão de sentimentos pessoais.

Outro ponto de semelhança encontramos nos dois líricos realistas. Coppée tinha prazer em «ver as coisas» e renovava tal prazer ao anotar «o que via». Todos sabem que Cesário era também um *visual*, impressionando-o as percepções visuais até à delícia, mais do que quaisquer outras percepções ou sensações. Além da emoção e do visualismo, outro facto os aparenta: e vem a ser certo prosaísmo em que ambos, por vezes, caíram, maculando a sua forma de frouxidão, monotonia e platitudes, que não significam, propriamente, impotência, porque os dois poetas provaram assazmente de quanto eram capazes em recursos artísticos da palavra.

Mestre, e grande, da expressão artística e da técnica poética devia ter considerado Cesário a Baudelaire, a quem cita no seu livro de versos:

*«Metálica visão que Charles Baudelaire
Sonhou e pressentiu nos seus delírios mornos»,*

e cujo influxo lhe seria grato sentir não só pela novidade e profundidade da sua arte como pelos requintes formais que criou e de que ornou originalmente a sua obra. E, para tanto, não foi preciso que infringisse as regras tradicionais da Língua e do ritmo, antes o vemos usar as formas estróficas e as estruturas rítmicas existentes e consagradas. Como Baudelaire, também o nosso Poeta cultivou o soneto e, de preferência, os poemas com estâncias de quatro e cinco versos, servindo-se largamente do metro alexandrino. Iremos longe demais afirmando ter havido uma influência directa da poesia «Le Balcon» sobre «Cadências Tristes»? É o mesmo emprego da quintilha, o mesmo emprego do verso alexandrino, a mesma espécie de rima e a mesma repetição — total num, parcial no outro — do 1.º verso de cada estância no 5.º:

*«Mère des souvenirs, maîtresse des maîtresses,
O toi, tous mes plaisirs! O toi, tous mes devoirs!*

*Tu te rappelleras la beauté des caresses,
La douceur du foyer et le charme des soirs,
Mère des souvenirs, maîtresse des maîtresses!»*

(Les Fleurs du Mal — Le Balcon)

*«Ó bom João de Deus, ó lírico imortal,
Eu gosto de te ouvir falar timidamente*



Num beijo, num olhar, num plácido ideal;
Eu gosto de te ver contemplativo e crente,
Ó pensador suave, ó lírico imortal»

(O livro de C. Verde — *Cadências Tristes*)

Se da técnica subirmos aos temas, encontraremos este exemplo flagrante: ambos os poetas a celebrar a beleza de uns cabelos amados. Um, na poesia «*La Chevelure*»; outro, em «*Meridional — Cabelos*», que teve o primitivo e curioso título de «*Flores Venenosas*» (curioso, por imediatamente sugerir o da obra baudelaireana). Além da identidade do tema, um olhar atento notará uma ou outra sugestão vocabular exercida pelo lírico francês, que, indubitavelmente, se revela mais requintado artista.

Do género baudelaireano considerou Ramalho Ortigão a poesia «*Esplêndida*», que criticou no número das *Farpas* saído em Março de 1874. A crítica foi impiedosa, mas, mais do que a severidade com que foi feita, interessará conhecer-se o que pensava Ramalho, na ocasião, dos novos poetas portugueses e do modo como realizavam a nova poesia.

«Averigua-se — escreve ele — que o realismo baudelaireano está fazendo mais numerosas e mais lamentáveis vítimas do que o velho romantismo de Byron, de Lamartine e de Musset». «Baudelaire tem no entanto o grande mérito de haver criado a Língua da decadência literária do Segundo Império, de ter fixado na linguagem as fosforescências do charco, as cintilações do estilo negro. Há estados morais e estados patológicos na vida do homem moderno, os

quais antes de Edgar Pöe nos Estados-Unidos, de Henrique Heine, na Alemanha, e de Carlos Baudelaire, em França, estavam inéditos na literatura destes três países».

«Em Portugal, há honestos empregados públicos, probos negociantes, pacíficos chefes de família, discretos bebedores de chá com leite e do palheto Colares destemperado com água do Arsenal, que deliberaram seguir o género de Baudelaire. Como, porém, Baudelaire era corrupto e eles não são corruptos, como Baudelaire era um dândi e eles não são dândis, como Baudelaire viveu no bulevar dos Italianos e eles vivem na rua dos Bacalhoeiros, como Baudelaire conhecia a moda, a elegância, o *sport* e o *demi-monde*, ao passo que eles apenas conhecem as pope-linas, as carcaças de *bobinet* e as cuias do Sr. Marcos Maria Fernandes, costureiro na Travessa de Santa Justa, o resultado é lançarem na circulação uma falsa poesia, que nem é do meio em que nasceu nem para o meio a que se destina...»

E segue-se a análise da composição poética de Cesário, feita com desenvolta e acerba ironia pelo panfletário indignado, que não podia ainda, por tão poucos versos, adivinhar que original poeta julgava e censurava nem reconhecer-lhe o talento que, mais tarde, reconheceu e sinceramente estimou.



Como Baudelaire, também Cesário Verde se impôs ao seu tempo e perante a posteridade com uma só obra. Esta, com efeito, é tão rica de substância

poética e soa com um acento tão singular na frondosa paisagem lírica nacional, que o seu autor não precisou senão do carinho de um generoso amigo, — que, póstumamente, lhe organizou «O Livro», — para alcançar lugar de relevância literária e altitude largamente influenciadora. Não são propriamente os versos englobados por Silva Pinto sob a designação de «Crise Romanesca» os que marcam a personalidade do Poeta. Aliás, o número de poemas é reduzido e, bem apreciados, esse número diminuiria ainda, porque um ou outro não cabe, em boa verdade, dentro daquela designação. Em contrapartida, «Flores Velhas» —, esse lindo poema de tão belo remate,

*«E esperarão por ti, naqueles alegretes,
As dalias a chorar nos braços dos jasmims»,*

que românticamente parece evocar um Musset sofrendo de saudade entre os lugares umbrosos onde crepitou a sua paixão por George Sand —, devia incluir-se nesse grupo e não na parte principal, constituída pelos versos intencionalmente intitulados «Naturais».

Teve Cesário, como muitos poetas e escritores do seu tempo, nacionais e estrangeiros, sua crise de romantismo, tão reconhecível naquele poema como nestes versos de «Setentrional»:

*«Talvez já te não lembres com desgosto
Daquelas brancas noites de mistério,*

*Em que a lua sorria no teu rosto
E nas lajes que estão no cemitério.»*

Mas breve foi o sacrifício aos velhos deuses românticos. Bem cedo o Poeta passa a sacrificar noutro altar à deusa da Arte, a uma nova Beleza entronizada pela nova poesia de França. O incenso que lhe queima, tem o cheiro acre da realidade e da vida. Mas saboroso e forte. O «real» é, verdadeiramente, o campo poético de Cesário. Os problemas transcendentais do Além, os profundos mistérios da Existência não os aborda em seus versos, que, logicamente, tendem a este fim: fixarem a Vida na multiplicidade dos seus aspectos externos, contentando-se o Poeta em captar o que flui, sem se importar com a sua origem nem com o seu destino. Dois cenários têm os versos: Lisboa e o campo, — dois «fundos» reais, verdadeiros, para uma poesia de descrição exacta. O mundo exterior existe para Cesário, e é esse mundo que ele pretende assimilar e traduzir:

*«Nas nossas ruas, ao anoitecer,
Há tal soturnidade, há tal melancolia,
Que as sombras, o bulício, o Tejo, a maresia
Despertam-me um desejo absurdo de sofrer.*

*O céu parece baixo e de neblina,
O gás extravasado enjoa-me, perturba;
E os edifícios, com as chaminés, e a turba,
Toldam-se duma cor monótona e londrina.»*

(O Sentimento dum Ocidental)

Feliz disposição para a exactidão descritiva e para, com sobriedade de cor, nos dar a sensação da realidade encontra-se no pequeno e conhecido quadro «De Tarde», — a aguarela, encantadora de simplicidade e frescura, daquele «pique-nique de burguesas», que nos põe logo a imaginar um Courbet pintando, com a sua genial paleta realista, o mesmo quadro, nalgum recanto das margens do Sena...

Lisboa e as suas ruas, Lisboa e a sua vida, com os seus aspectos, as suas lojas, os seus tipos, os seus teatros, o seu gás, são os motivos quase constantes da poesia deste parnasiano original, que pode, justificadamente, considerar-se o poeta de Lisboa como Coppée o poeta de Paris. E que nítida impressão de vida burguesa decorre imediatamente dos primeiros versos de «Num Bairro Moderno»!

*«Dez horas da manhã; os transparentes
Matizam uma casa apalaçada;
Pelos jardins estancam-se as nascentes
E fere a vista, com brancuras quentes,
A larga rua macadamizada.*

*Rez-de-chaussée repousam sossegados,
Abriram-se, nalguns, as persianas,
E dum ou doutro, em quartos estucados,
Ou entre a rama dos papéis pintados,
Reluzem, num almoço, as porcelanas.»*

É nesta poesia que se revela, principalmente, a sua imaginação plástica, o seu dom de transfigurar as coisas ou os seres, a sua «visão de artista», que se

delicia a transformar certos vegetais ou frutos em peças orgânicas do corpo humano:

«Súbitamente — que visão de artista! —

Se eu transformasse os simples vegetais,

À luz do Sol, o intenso colorista,

Num ser humano que se mova e exista

Cheio de belas proporções carnaís?!»

Surgem-lhe as melancias como cabeças, os repolhos como seios injectados, os nabos são ossos nus, da cor do leite, os cachos de uvas rosários de olhos, um melão lembra-lhe um ventre, os legumes parecem-lhe carnes tentadoras, e dedos hirtos, rubros, as cenouras...

A transfiguração termina com os versos:

«E como as grossas pernas de um gigante,

Sem tronco, mas atléticas, inteiras,

Carregam sobre a pobre caminhante,

Sobre a verdura rústica, abundante,

Duas frugais abóboras carneiras.»

A visão plástica é qualidade predominante na organização lírica de Cesário, que, com o seu especial poder de associar imagens visuais, consegue arrancar poesia do que há de mais trivial e menos poético na vida. Ajudam-no, manifestamente, o seu virtuosismo de descritor, a natureza da sua linguagem nítida e precisa, escultórica e plena de relevo, faiscante de imagens e de originalidade. E, sobretudo, porque possui dentro de si o raro dom de com-

preender o que está essencialmente nos objectos e nos seres:

*«Ah! Ninguém entender que ao meu olhar
Tudo tem certo espírito secreto!»*

Melhor o compreende porque vibra nele uma vida sensorial que o estimula e excita constantemente:

*«Eu tudo encontro alegremente exacto.
Lavo, refresco, limpo os meus sentidos
E tangem-me, excitados, sacudidos,
O tacto, a vista, o ouvido, o gosto, o olfacto!
«.
.
Os ares, o caminho, a luz reagem;
Cheira-me a fogo, a silex, a ferragem;
Sabe-me a campo, a lenha, a agricultura.»*

(Cristalizações)

Dão-nos uma sensação física da realidade os poemas deste Poeta, que, por natural reacção psíquica à ameaça de doença fatal pairando-lhe no inconsciente, faz alarde do seu gosto sadio pela vida, da sua predilecção pelas manifestações pletóricas de existência, por todo o espectáculo de força e de vitalidade, como o dos trabalhadores cuja robustez admira:

*«E aos outros eu admiro os dorsos, os costados
Como lajões. Os bons trabalhadores!
Os filhos das lezírias, dos montados:*

*Os das planícies, altos, aprumados;
Os das montanhas, baixos, trepadores!»*

(Cristalizações)

O campo é, portanto, cenário dilecto, e lá viver, nessas «aldeias tão lavadas», cheias de «bons ares, boa luz, bons alimentos», num clima de paz e salubridade, é, para si, fundo prazer e até motivo excitador da sua inspiração poética:

*«No campo, eu acho nele a musa que me anima:
A claridade, a robustez, a acção.»*

(De Verão)

O seu amor pela vida campesina manifesta-o largamente na poesia «Nós», a mais extensa do seu Livro e com especial interesse autobiográfico, pois é uma verdadeira condensação da vida material e moral do Poeta. Fugindo à epidemia da cólera, que dizimava terrivelmente Lisboa, a família Verde instala-se em Linda-a-Pastora, onde possui «duas boas quintas bem muradas» e cuja descrição objectiva Cesário gostosamente faz, detendo-se na análise precisa das courelas «que criam cereais»; da casaria clara assentando «à beira da calçada»; dos pomares de pevide; da vinha «numa encosta soalhenta»; do espaçoso tanque, que o deleita com as suas «bicas a correr»; do rio, ao fundo, «entre olmeiros seculares» e deslizando sobre seixos reluzentes; das montanhas, ao longe, que lhe lembram «cabeças estupendas, grossas, de cabelo grisalho», e, finalmente, os

vales fertilíssimos, «duma vitalidade equatorial». Contudo, na fazenda da família não há, — afirma o Poeta intencionalmente —, uma só planta ornamental. Cada pé mostra-se sensatamente útil, e tudo é regrado «pela nossa mão». Com ternura evoca o passado e, sobretudo, a sua «doce irmã», essa «ténue e imaculada rosa», que viria, tão precocemente, a morrer, vítima primeira da doença que grassou na família. Uma das ocupações materiais desta é a exportação de frutas para o Brasil e para a Inglaterra. Alegrementemente se lhe devota Cesário, que, com orgulho, reivindica para o nosso País a glória de possuir melhores produtos pomícolas do que a Europa do Norte, cuja supremacia industrial reconhece, mas onde a «perfeição do fabricado» não tem o ritmo do vivo e do real. Aqui, tudo é «espontâneo, alegre, tosco, facilíssimo, evidente, salutar»; nos países anglo-saxónicos, posto que saibam preparar convenientemente o aço e a seda, as lâminas e o estofos, tudo é, «como um círculo ou um quadrado», maquinal, falso, sem vida. Patrioticamente, chega a declarar:

*«Uma aldeia daqui é mais feliz,
Londres sombria, em que cintila a corte!...
Mesmo que tu, que vives a compor-te,
Grande seio arquejante de Paris!...»*

As «maças de espelho», que, supõe ele, talvez Herbert Spencer tenha saboreado, e outras frutas «tónicas e puras» são arranjadas por seu conselho e ordem, e encaixotadas sob a sua própria orientação, para seguirem de vapor para o estrangeiro. E desce ao

pormenor de descrever as ferramentas utilizadas, — as navalhas de volta e as enxós de martelo —, com o interesse de quem lida com elas diàriamente no seu estabelecimento de ferragens da Rua dos Fanqueiros e trata directamente da sua aquisição nas casas exportadoras. Mas a lavoura, se tem os seus ganhos e compensações, também tem o seu reverso de dificuldades, preocupações e canseiras:

*«Ah! O campo não é um passatempo
Com bucolismos, rouxinóis, luar.»*

E

*«Nós não vivemos só de coisas belas,
Nem tudo corre como num romance!»*

Além dos cuidados permanentes que exigem as plantas, há os impostos, o rapazio, as aves e os insectos destruidores, as intempéries, a concorrência de estrangeiros, as inúmeras doenças dos vegetais. E, naturalmente, por associação de ideias, o Poeta recorda de novo a doença que matou a irmã, — essa «infeliz e celeste criatura» —, e que matará esse «pobre rapaz robusto e cheio de futuro», o irmão, — duas crueldades do destino, que o lançaram num desespero aniquilador:

*«E agora, de tal modo a minha vida é dura,
Tenho momentos maus, tão tristes, tão perversos,
Que sinto só desdém pela literatura,
E até desprezo e esqueço os meus amados versos!»*

No espírito de Cesário Verde, — já o notou

alguém? —, há uma frequente presença da Inglaterra, a avaliarmos a abundância de referências que faz à vida, cidades, aspectos, coisas, entidades, pessoas da velha Albion. Na poesia «Nós», além das já citadas, deparam-se ainda alusões à uva diagalvo «que eu embarcava para Liverpool», às queijarias «dos fleumáticos *farmers* de Inglaterra», aos «palácios que rodeiam Hyde-Park», à Coroa, ao Banco, ao Almirantado, «às febris oficinas estridentes», aos condados mineiros, às fábricas a vapor, cutelarias e fiações, ao marujo inglês que simboliza num Jack, guloso de bela fruta portuguesa... Em «O Sentimento dum Ocidental», os edifícios de Lisboa, com as chaminés, «toldam-se de uma cor monótona e londrina», e, no Tejo, vogam os escaleres de um couraçado britânico. Um aspecto da capital sob o flagelo da peste leva-o a esta comparação:

*«Que triste a sucessão dos armazéns fechados!
Como um domingo inglês na «city», que desterros!»*

Tudo isto denuncia um conhecimento pessoal e directo da Grã-Bretanha e, com efeito, teve-o Cesário Verde, que, como exportador de frutas, fez mais do que uma viagem de negócios a França e Inglaterra, demorando-se em Bordéus, Paris e Londres. E não foi insensível o nosso Poeta, — aliás de tipo físico nórdico, loiro e alto —, à beleza feminina britânica, que cantou em três poemas, um dos quais abre o seu *Livro* e se intitula «Deslumbra-mentos». É essa *Milady*, nobre e distinta, com «gestos de neve e de metal», de lúcido e nevado perfil,

cuja contemplação é perigosa, porque é «grande dama fatal», anjo e demónio ao mesmo tempo, a quem, por seu mau orgulho e altivez, prenuncia o triste fim das rainhas alucinadas... Em «Manhãs Brumosas», — composição que foi publicada na *Renascença* e na *Ilustração* com o subtítulo de «Versos dum Inglês» —, o tipo feminino é outro; uma morena, de inflexões inglesas na fala, que lhe recorda uma pastora da religiosa Irlanda. É «alta, escorrida, abstracta», não tem a distinção solene da primeira, parece-lhe mesmo um «rural boy». Já em «Frígida» fixa a singular beleza de outra

— «Balzac é meu rival, minha senhora inglesa!»

de olhos cor do mar, alta, majestosa, doirada como o Sol, branca como a Lua, mas de uma fleuma que o irrita, de uma impassibilidade que o gela, antes fantasma ou mudo espectro do que um ser humanamente amando e sentindo...

Três mulheres que admirou (mais no seu aspecto físico talvez, por ausência de encanto feminino) e não amou verdadeiramente, como parece ter amado aquela actrizita portuguesa que evoca em «Cristalizações», caminhando para o ensaio, de «rostinho estreito», fina e elegante, embrulhada no seu casaco de peles, a tiritar de frio na fria manhã de Dezembro e objecto das suas homenagens no teatro, à noite, quando da plateia atraía os seus «olhos lisos como polimento». Com outra teria sido o diálogo travado em «Ironias do Desgosto» — um diálogo sério, em que à solicitação para que colha as rosas da vida,

de Ronsard, num ambiente embalsamado de Primavera, o Poeta responde:

«..... — *Escuta-me: Conforme
Tu vibras os cristais da boca musical,
Vai-nos minando o tempo, o tempo — o cancro*
[enorme
Que te há-de corromper o corpo de vestal.»

É o sentido do efémero que o assalta, por vezes, na existência, a ele que ama a mocidade e «as modas fúteis, vãs», que pretende ostentar saúde e adora a «pompa das forças»... Domina-o, às vezes, o horror às coisas sepulcrais; no seu olhar, há sombras de jazigos e vislumbres de pensamentos negros. Abatido, sem disposição para as expansões do amor, com a nítida sensação da transitoriedade implacável da vida terrena, confessa, dorido e triste, *morto de pesar*, ante o cabelo escuro da bela cabecinha, ornada à Rabagas:

*«A pouco e pouco há-de ir tornando-se grisalha
E em breve ao quente sol e ao gás alvejará!...»*

Realizou Cesário Verde uma poesia natural e sincera, sem mistificação de sentimentos ou de palavras, e vasou-a numa linguagem também cheia de naturalidade, geralmente sóbria, simples, mas plena de relevo plástico. Claridade, limpidez, equilíbrio são termos que surgem para definir-se a forma deste parnasiano, que não nos parece atreito a buscar efeitos formais forçados, como sucedeu com outros poetas

do parnasianismo português, muito embora abertamente confesse que não deixou de trabalhar e polir os seus versos:

*«A adulação repugna aos sentimentos finos;
Eu raramente falo aos nossos literatos,
E apuro-me em lançar originais e exactos,
Os meus alexandrinos...»*

(Contrariedades)

O desejo de ser exacto implica o uso da propriedade vocabular, mas o Poeta não cai no formalismo seco, antes consegue exprimir-se duma maneira natural e corrente, como é corrente e natural o que tem a dizer. Bizarrias de estilo não as comete; em vez delas, uma Língua viva, saída da fusão destes dois elementos: correcção e fluência. Feliz e original é o teor imagístico. Felicíssima, surpreendente de propriedade, a adjectivação. Esta, aliada ao sentido musical da frase, consegue sobrepor-se ao valor substantivo dos termos. Um exemplo entre outros:

*«Eu, que sou feio, sólido, leal,
A ti, que és bela, frágil, assustada,
Quero estimar-te sempre recatada
Numa existência honesta, de cristal.»*

.....

*«E foi, então, que eu, homem varonil,
Quis dedicar-te a minha pobre vida,*

*A ti, que és ténue, dócil, recolhida,
Eu, que sou hábil, prático, viril.»*

(A Débil)

Joga também Cesário, e muito hàbilmente, com o valor dos advérbios e destes tira efeitos admiráveis, que são uma verdadeira novidade dentro da Língua. Atente-se neste verso:

«Um forjador maneja um malho, rubramente».

Sem o advérbio, a frase seria banal; mas a palavra «rubramente» acrescenta-lhe um sentido, uma cor, uma expressão, que a amplificam imediatamente até ao máximo do seu significado. O mesmo acontece com o advérbio «amareladamente» em:

*«E sujos, sem ladrar, ósseos, febris, errantes,
Amareladamente, os cães parecem lobos.»*

E ainda com o que applicou com tanta justeza à formosa aristocrata do poemeto que mereceu as críticas de Ramalho:

«É ducalmente esplêndida!.»

Não é só poeta, mas artista Cesário Verde. Tem frouxidões de ritmo, expressões prosaicas, fechos de sonetos desconcertantes? Considere-se que tal acontece, principalmente, naquela parte da sua obra — «Ecos do Realismo» e «Vária» — que, segundo se diz,

ele não desejaria que fosse publicada. Não era a seus olhos representativa nem séria e não possuía nível artístico capaz de ombrear com o melhor que produzira. Registe-se tal atitude como de quem está na posse de total consciência artística e tem da dignidade do Escritor um superior sentido. A sua obra pequenina, facetada, máscula, tem a marca do homem que a concebeu e criou, e, se por vários aspectos — literário, artístico, histórico — é um documento social, não deixa de ser também o documento individual de alguém que, fazendo deliberadamente a análise do real e análise psicológica, se analisa a si mesmo e se confessa, — numa forma animada, colorida, e sem a glacial impassibilidade parnasiana —, homem do seu tempo e poderoso artista. «Il est indispensable au poète — escreveu Richépin no prefácio ao seu livro *La Chanson des Gueux* — d'être de son temps, de s'intéresser à la vie qui lutte, souffre, pleure ou chante autour de lui, et j'estime qu'on ne peut produire une œuvre vraiment humaine qu'à la condition d'être foncièrement homme».

Obra humana fê-la, sem dúvida, o forte temperamento poético de Cesário Verde, e tão cheia de devir e de virtualidades artísticas, que ela ainda ressoa, — na magia dos ritmos, na semelhança dos temas, no próprio comportamento estético —, na sensibilidade de António Nobre e nos poemas de Sá-Carneiro. É, pois, um Poeta moderno e ainda vivo.

1955.

EÇA DE QUEIRÓS EM NEUILLY

«La Cascade» é um ameno e tranquilo sítio do Bosque de Bolonha, entre sombras e verdura, onde, naquela doce tarde de Abril, mansa e já quente, me apeteceu descansar do largo passeio pelas áleas e arruamentos do famoso parque, talhado, por Haussmann, ao estilo inglês, nos meados do passado século, para ser pulmão de Paris e diversão elegante de franceses e estrangeiros.

Sentando-me numa cadeira do espaçoso terraço, repleto de clientela, mandei vir um refrigerante e, enquanto reparava com deleite na cascata que, bem próximo, fazia soar a toada musical e dolente dos fios de água tombando de pedra em pedra, lembrei, também com prazer, a figura de um português que ali teria estado, que por ali teria deambulado, só ou na companhia dos filhos e de amigos, em busca de ar puro, de divertimento e de repouso. Esse português era Eça de Queirós. Residiu muito tempo em Neuilly-sur-Seine, não longe do «Bois», — morar perto do Bosque e afastado do Sena foi sempre o seu veemente desejo —, e ver a casa em que ele viveu e morreu foi ideia que não se despegou mais do meu espírito, onde a sombra do grande Escritor tem, de há muito, o agasalho e o carinho de uma fiel admiração.

Prossegui «le tour du Bois». Ladeei o lago superior, contornei o lago inferior, inçado de barcos de recreio, de margens povoadas de crianças, e de mães e pais que se sentavam em cadeiras ou na própria relva verde, bordejando a água. Por toda a parte, árvores, flores, e, espreitando por entre elas, pavilhões, cafés, restaurantes, alguns ainda fechados, distilando, naquela doce tarde de Abril, certo romantismo e um íntimo sossego... A tranquilidade, porém, era, às vezes, perturbada pelo movimento de automóveis e ciclistas, que se lançavam pelas inúmeras áleas com uma velocidade de lutadores em pista de estádio.

Encaminhados os passos para a saída do Bosque, consegui chegar ileso ao termo da Avenida de Neuilly, onde, receando longo percurso a pé, tomei um táxi que me conduzisse à última residência de Eça de Queirós na capital francesa. Era a terceira que ele tinha tido. A primeira, onde se instalara em 1889, pouco depois da sua transferência do consulado de Bristol, era um andar do prédio n.º 5 da Rua Crevaux, a Passy, que apresentava o inconveniente de abrigar no andar superior uma numerosa e ruidosa família russa, o que não permitia ao romancista português usufruir o silêncio tão necessário ao seu trabalho. «*Ces russes sont méchants, ils cassent la tête à maman!*» — dizia o filho mais velho do Escritor referindo-se aos inquilinos barulhentos e intempestivos do andar de cima.

A segunda foi na Rua Charles Laffitte, n.º 32, a Neuilly — «uma casa velha e simpática», precedida de arborizado jardim e tendo ao lado um pavilhão, vestido de trepadeiras, onde Eça fizera o escri-

tório e onde podia entregar-se ao seu labor intelectual, completamente ensimesmado nos seus sonhos de Artista. Não foi duradoura a sua permanência nesta casa, na qual residia desde a primavera de 1891, porque foi vendida e o novo proprietário desejou habitá-la. Em Outubro de 1893, as chaves de outra habitação eram-lhe entregues, depois de feito e assinado o contrato de arrendamento com Mr. Baraban, genro da senhoria. Ficava na Avenida du Roule a nova e última morada de Eça de Queirós e, afinal, não longe donde partira o táxi, que, em poucos minutos, me colocou, após uma rápida informação pedida a um agente de polícia do bairro, diante de um grande prédio de seis andares, de paredes enegrecidas, ostentando aquela pátina tão generalizada nos edificios de Paris. Reparei no número da porta: 38. Era, sem dúvida, ali. Ao lado da porta, à altura do primeiro andar, deparei com a lápide, inaugurada há alguns anos:

EÇA
DE
QUEIRÓS
ÉCRIVAIN ET CRITIQUE
PORTUGAIS
EST MORT
DANS CETTE MAISON
LE 16 AOUT 1900

Da placa branca destacava-se a inscrição em letras de oiro, orlada de ramos de palma que tinham, cada um, quinze folhas; em baixo, uma fita atando-os, sem os chegar, porém, a reunir.

Não morreu nem viveu naquela grande casa Eça de Queirós, mas noutra, situada nas trazeiras, ao fundo de um jardim, onde ainda se erguem duas vivendas iguais. A do lado direito foi a que ele habitou durante sete anos. Chega-se lá, sòmente, depois de transposta uma larga e pesada porta — «la porte cochère» — e após um arruamento plantado de árvores, algumas das quais já decepadas. Tem o jardim, — que pertenceu, com outros terrenos, aos Orleães —, um ar acentuado de decadência, e nas próprias vivendas não pude deixar de surpreender certa fadiga e tristeza, como se os longos anos lhes pesassem e elas não pudessem furtar à vista dos humanos o desgaste causado pelo tempo. Ambas estavam habitadas. Na da esquerda, onde viveram os Dureau, encontrei, brincando à sua roda, um grupo de crianças, uma das quais, de onze anos, simpática, comunicativa, se distinguiu logo pela sua loquacidade. Mais silenciosa a que lhe fica fronteira, — aquela em que residiu Eça com sua família —, onde apenas, numa janela, entrevi um rosto de mulher, espreitando para fora, cheia de uma curiosidade que a presença de estranhos bem justificava. Já não havia a sebe de lilases a separar os jardinzitos das duas residências; já a escadaria de pedra da casa do Escritor português não aparecia guarnecida de hera verdejante; já não se ouviam as risadas dos filhos do Romancista ou as vozes graves de parentes e amigos; já não se via o

alto e franzino corpo de Eça de Queirós atirando, com Eduardo Prado, entre gargalhadas e exclamações de alegria, azagaias contra as árvores do jardim... Tudo isso desaparecera, há muito. E também as mesas, e o banco, e as cadeiras, à sombra de um perfumado lilaseiro, onde Eça se fotografara vestido de mandarim, com a cabaia chinesa que lhe ofertara Bernardo de Pindela, ou lendo o «Figaro», seu jornal habitual. Reinava, agora, à volta daquela casa, o silêncio. E esse facto mais e melhor fazia evocar a vida e a animação que tivera outrora. No entanto, compreende-se bem que tinham sido a quietude, o recato, a intimidade, os motivos que pesaram no espírito do Escritor ao escolher aquele ninho para os seus amores de marido e de pai e para o seu outro grande amor, que o dominou toda a vida: — a Arte. Mais duas razões o teriam movido: a relativa proximidade do Consulado de Portugal, que ficava na rua de Berri, não longe dos Campos Elísios, e a distância do rio, cujas humidades foram sempre uma preocupação para ele, que tinha o terror da tuberculose, e, por isso, evitava, cautelosamente, viver perto das frialdades traiçoeiras do «Sena inimigo».

De aparência modesta, não deixava, contudo, de ser atraente aquele ninho afogado em ramagens e ternura, próximo e distante do «trottoir» ao mesmo tempo, e aonde não chegava o bulício dos bulevares atroadores nem outros ruídos banais da vida material e humana. Revi, na imaginação, a casa por dentro, mobilada e decorada pelo fino gosto do Escritor e de sua mulher D. Emília de Castro Resende. No rés-do-chão, a sala de visitas, com o piano, as foto-

grafias de amigos e pessoas de família, os quadros e desenhos nas paredes, oferecidos por artistas e até um pelo Rei D. Carlos; a sala de jantar, com a masseira e a ucha normandas, — descobertas num «bric-à-brac» de Paris, por Ramalho Ortigão —, as pratas portuguesas e as loiças da Índia. No primeiro andar, ficavam os quartos de dormir; no segundo, o escritório do Romancista, o seu quarto de vestir e ainda uma sala, destinada exclusivamente aos divertimentos dos filhos.

Pensei, demoradamente, nesse escritório, onde Queirós tantas horas da sua vida passou, sonhando, elaborando, lendo, meditando, escrevendo... Cortinas «espessas e severas» tornavam-no algo sombrio, e as paredes quase desapareciam atrás das estantes de carvalho, pejudadas de livros. Flores, por toda a parte. Quadros e gravuras. Uma grande mesa com pastas. Um fogão acolhedor. A um canto, a sua mesa de trabalho — a mesa alta, «chêne ciré», comprada em Paris — onde o Escritor se debruçava sobre largas e marfíneas folhas de papel, escrevendo, escrevendo longamente, depois de uma pausa em que, artista do tipo verbo-motor, passeava no escritório, gesticulando e falando alto... Falava, sobretudo, com as personagens que criara ou dialogava com os seus espectros dentro de um mundo que a sua poderosa e maravilhosa fantasia architectara. Discutia com as próprias Ideias, analizava-as, verrumava-as, profundava-as com a lucidez, a penetração, a lógica rigorosa de um espírito clássico, que não podia satisfazer-se sem que as suas qualidades inatas de razão e harmonia se satisfizessem também. Outras vezes, fumando

cigarros após cigarros, reflectia na sua vida passada, nas suas decepções e desilusões, na sua solidão moral de celibatário, nesse desamparo em que vivera e ia constituindo o drama da sua existência, até que tomara a séria resolução do casamento — esse casamento que está na origem da sua evolução futura, que imprimiu novo rumo ao seu espírito e explica muito das mudanças que vemos operarem-se na sua sensibilidade de homem e de artista: amor extremo pela família, vida patriarcal intensa, reconciliação com a Pátria, pela qual já sente ternura e não é já a «choldra ignóbil», o «Portugalório», mas a «obra-prima do grande paisagista que está nos Céus», como disse em carta a Eduardo Prado, ao descrever-lhe o gostoso pitoresco do norte do seu País.

Era simples mas laboriosa a vida quotidiana de Eça de Queirós. De manhã, até ao meio-dia, trabalhava no seu gabinete. Depois do almoço, partia para o Consulado, donde regressava, à tarde, para escrever até à hora de jantar. À noite, geralmente, não saía: recebia, aprazivelmente, os amigos, os seus íntimos, e com eles, até tarde, se deixava ficar, conversando, rindo, discutindo, ouvindo música. E entre o amor da mulher e o dos filhos, a amizade e a admiração dos amigos, a paixão pelos livros e pela Arte, ali passou os últimos anos da sua breve vida o imortal Ironista português. Dentro daquela casa singela, foi produzindo, com surpreendente fecundidade, algumas das suas mais belas obras e alguns dos seus mais lidos trabalhos: a *Cidade e as Serras*, em que, saudoso da «boa terra de Portugal», — como dizia —, se entreteve a meditar na Equação Metafísica de Jacinto e a

reconhecer a sua desconsoladora ineficácia; a *Ilustre Casa de Ramires* que, além do mais, foi um pretexto literário para recordar o «pequenino Portugal», falar do seu passado e do seu presente, da sua história, vida e costumes, com suas qualidades e defeitos, simbolizados na figura da principal personagem — o fidalgo da Torre de Santa Ireneia; as biografias romaneadas de santos, que se reuniram póstumamente, nas *Últimas Páginas* e mostraram um aspecto da sua evolução mental ou uma nova faceta do seu espírito, agora preocupado com certas figuras do misticismo cristão; os *Contos*, que ia escrevendo para a *Revista Moderna*, admiráveis de perfeição e de estilo; as crónicas que frequentemente mandava para a imprensa brasileira, plenas de actualidade, de humorismo e de observação agudíssima, — os *Ecos de Paris*, e as *Cartas Familiares* —, onde o seu espírito crítico e as suas excepcionais qualidades de estilista se manifestaram com exuberância e o mais vivo relevo; os artigos que também publicava naquela *Revista* e vieram a constituir uma série de cinzeladas jóias de pensamento e de forma, que esmaltam, hoje, e dão magnificência artística às *Notas Contemporâneas*.

Toda essa grande obra construtiva foi gerada, pensada, escrita dentro daquelas quatro paredes, que, para mim, no momento, se revestiram de carácter venerável, quase sagrado. Também por outros motivos. Além de ter sido a sede amorável das mais puras afeições de Eça de Queirós, aquela casa — aquele lar tão português e tão evocador das coisas de Portugal (não chamava António Nobre à esposa do Es-

critor «Nossa Senhora dos Portugueses»?) —, acolheu algumas figuras das mais notáveis e das mais distintas do País naquele tempo: diplomatas, como o conde de Valbom, o conde de Sousa Rosa, Emídio Navarro, nossos ministros na capital francesa; aristocratas, como a duquesa de Palmela, os condes de Bertiandos, os viscondes de Paço de Nespereira, os condes de Figueiró, o conde de Caparica, os viscondes de Pindela; artistas, escritores e poetas, como os pintores Carlos Reis e José de Brito, o Dr. José de Figueiredo, D. Maria Amália Vaz de Carvalho, Jaime Batalha Reis, António Nobre, Alberto de Oliveira, António Feijó; os amigos queridos do grupo dos «Vencidos da Vida», especialmente Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Carlos Mayer. E até um herói por ali passou: Mousinho de Albuquerque, em 1900. Lar bem português, não se fechava contudo a quem era da pátria irmã, do Brasil, e ocupava um lugar de particular estima no coração do Romancista: Eduardo Prado e seu sobrinho Paulo Prado, Domício da Gama, Joaquim Nabuco, o Barão do Rio Branco, Olavo Bilac.

Era quase um templo aquela pequena casa, sagrada por tanta inteligência e pela presença de tão ilustre gente. Não gostava muito de sair dela Eça de Queirós, de temperamento esquizóide, aferrado às suas leituras, aos seus livros, todo entregue à deliciosa tortura de criar. Se descia os seus degraus de pedra trautando uma canção — «*Malbrouk s'en va-t-en guerre*» ou «*Papa c'était un lapin*» — para se dirigir ao «bureau» do Consulado e visitar amigos, uma exposição ou a redacção da *Revista Moderna*, era com mais

alegria ainda que ele voltava ao seu lar e transpunha o portão do jardim, — elegante na sua andaina de janota e civilizado, que era a maneira exterior e inconsciente de revelar, em si, o apuro formal que punha nas variadas expressões da sua Arte.

Gostava, no entanto, de sair aos Domingos, mas para «bouquiner». Percorria então, vagarosamente, os cais do Sena à procura de velhos livros, sobretudo portugueses, que fossem raridades bibliográficas. E era um grato prazer para o seu espírito encontrar algum volume de clássico lusitano que lhe faltava ou alguma gravura, que adquiria depois de minuciosa atenção.

No verão, ora saía com a família para as tranquilas praias normandas de Lion-sur-Mer, Saint-Aubin e Paris-Plage, ora, não a podendo acompanhar, por causa dos «negócios do Consulado» ou dos assuntos de livraria e de imprensa, ficava em Paris, nalgum hotel — geralmente o «Terminus» ou o «Windsor». No outono, nas doces mas frescas manhãs outonais, as árvores do Bosque de Bolonha viam-no, por vezes, atravessar lentamente as áleas douradas de luz, acompanhado pelos filhos, que lhe tornavam alegre um passeio que, sem eles, poderia muito bem ser melancólico como a própria estação que se retratava em todas as coisas com os tons esbatidos e suaves de uma tela de Sisley ou de Monet.

As maiores ausências, porém, daquela casa deram-se em 1894, em 1898 e em 1899, quando, para fugir aos duros invernos de Paris ou para matar saudades dos amigos e da Pátria distante, descia só, ou com os seus, até Lisboa, Porto, Coimbra, Sintra, Cascais e Santa Cruz do Douro, onde lhe sucedeu a

famosa aventura de Tormes, que perpetuou em *A Cidade e as Serras*. Em Fevereiro de 1900, já doente, deixou, de novo, o seu lar, para uma temporada no sul da França. Precisava, urgentemente, de clima temperado e de repouso. Buscou-os em Arcachon, em Biarritz e em Pau. Mas em vão. Tentou, pouco depois, uma estadia na floresta de Saint-Germain. Foi também inútil. Persistindo e agravando-se o mal, partiu, em fins de Julho, para a Suíça, a conselho do seu médico assistente, o Dr. Melo Viana. Na companhia de Ramalho e de Prado, alguns dias esteve em Glion-sur-Montreux. Em 11 de Agosto, tendo piorado, regressou à sua casa de Paris para, cinco dias depois, nela expirar serenamente.

Não houve sempre tranquilidade no lar do insigne Escritor. Também o visitaram, e com frequência, doenças, desgostos, lutos. Doenças, sobretudo, dos filhos e falecimentos de parentes, seus e de sua esposa. A alegria do amor e a tristeza da dor coabitaram naquela simpática vivenda, onde o Destino quisera que os seus sofressem a maior de todas as dores que tiveram: o desaparecimento do Pai e do Esposo, que tantos testemunhos lhes dera de dedicação e de bondade. Para eles, certamente, e para nós, seria profundamente grato que, um dia, fosse uma realidade esta ideia, talvez absurda, talvez irrealizável: a transformação daquela casa em Casa-Museu de Eça de Queirós, onde tudo seria repostado, o mais possível como ele a tinha quando vivo: móveis, livros, quadros, curiosidades, jarras, retratos, papéis, tudo o que se ligasse à sua vida de Escritor ou dele fosse uma lembrança. Há várias dessas casas em

Paris, onde viveram grandes homens. Merecia-o o nosso. E para nós, portugueses, infatigáveis admiradores da sua Obra e da sua Arte, seria um lugar de peregrinação e de respeito, — mais um lugar de evocação para quantos, idos de Portugal à esplendorosa Cidade, quisessem sentir mais de perto o seu belo espírito e render-lhe uma íntima, uma doce e sincera homenagem.

1954.

EÇA DE QUEIRÓS, DOMÍCIO DA GAMA E A «REVISTA MODERNA»

DOIS anos depois de ter succumbido a *Revista de Portugal*, que dirigiu de 1889 a 1892, trabalhou interessadamente Eça de Queirós, com o jovem escritor Alberto de Oliveira, no aparecimento de outra revista que teria o título, «familiar e burguês», de *O Serão*. Não foi por diante o intento, se bem que já se encontrassem organizados os seis primeiros números do novo *magazine*. O projecto gorou-se, porque — disse-o Alberto de Oliveira — «o director regressou a Paris e o secretário ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros».

Eça de Queirós, porém, que não podia libertar-se da obsessão de revistas e jornais, — uma grande parte da sua obra tinha já saído em publicações periódicas de Portugal e do Brasil —, não se resignou com o malogro do projecto e votou-se à fundação, em Paris, da *Revista Moderna*, cuja direcção foi entregue ao publicista brasileiro Martinho Botelho, filho dos condes de Pinhal. Em Maio de 1897, surge o primeiro número. Faz a apresentação o próprio Eça, a pedido da Direcção, — facto que demonstra o papel de influência que na sua orientação e na sua vida cabe-

ria desempenhar ao autor dos *Maias*. Com efeito, é ele quem traça, nesse artigo, o programa da nova publicação e os serviços que ela prestará, «condensando a História, murmurando a Anekdota, detalhando os Costumes, resumindo as Letras, expondo a Arte, contando a Ciência, engastando a Fantasia, mostrando todo um Mundo a outro Mundo». Em menos palavras, a *Revista*, nascida em Maio, «com as flores de Maio», teria por fim dar Notícias e dar Imagens — «resumos supremos, postos em curtas linhas e finos traços, de vastos e complicados movimentos do Pensamento e da Acção».

Larga e assídua foi a colaboração de Queirós na *Revista Moderna*, na qual pusera «grandes e douradas esperanças», conforme o asseverou ao conde de Arnoso numa carta que lhe escreveu de Paris, em Junho do mesmo ano. Aí publicou uma grande parte do seu longo romance *A Ilustre Casa de Ramires*, com ilustrações diversas, os contos «A Perfeição», «José Matias», «O Suave Milagre», e ainda vários artigos que depois se incluíram nas *Notas Contemporâneas*: «O Marquêsinho de Blandford», «A Rainha», «No mesmo Hotel», «Eduardo Prado».

Foi com o artigo «A Rainha» que Eça contribuiu para o número que a *Revista* dedicou a D. Amélia de Orleães e Bragança. Mas, além desse trabalho, teve ainda outro: o de organizar todo o número, pedindo e reunindo artigos, fotografias, desenhos da Soberana, de modo que ele saísse com o maior brilho possível. Tais esforços e homenagens foram-lhe agradecidos, pessoalmente, por D. Amélia quando, vindo de Paris a Lisboa, em Abril de 1898, apareceu um

dia no Paço: «A Rainha — dizia ele a sua mulher — foi exuberante de reconhecimento, afirmando que nunca sobre ela se tinham dito coisas tão amáveis e num tom tão elegante».

A *Revista Moderna*, onde Queirós contava verdadeiros amigos e admiradores, também consagrou um número ao seu eminente colaborador. Foi o de 20 de Novembro de 1897 (n.º 10) e nele surgiram as manifestações de preito e alto apreço dos escritores brasileiros Eduardo Prado, Oliveira Lima, Magalhães de Azeredo, e dos portugueses Conde de Ficalho, Conde de Sabugosa, D. Maria Amália Vaz de Carvalho, Alfredo da Cunha, Sampaio Bruno e Xavier de Carvalho.

Compareceu, igualmente, na festiva e homenageadora assembleia, Domício da Gama, um dos maiores amigos brasileiros do glorioso Escritor, além de Eduardo Prado e do Barão do Rio Branco. O então secretário da Legação do Brasil em Berna surgia, muita vez, em Paris e visitava assiduamente a casa de Eça em Neuilly, onde era recebido como um dos íntimos, juntamente com Prado, o conde de Caparica e o Conde de Sousa Rosa, ministro de Portugal na capital francesa. Viriam já do tempo de Londres as relações entre Queirós e Domício da Gama ou, pelo menos, do ano de 1889, em que este apareceu em Paris como correspondente da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Fraterna amizade os uniu sempre. Em 1893, considera-o Eça «um dos seus raros companheiros». Escreve no mesmo ano à esposa: «O bom Domício partiu para os Estados Unidos, tendo-nos dado na véspera um affectuoso jantar de

despedida. Faz falta — é um companheiro fácil e dedicado».

O diplomata brasileiro, também homem de letras e espírito sensível, devia ser, por consequência, uma das suas mais agradáveis companhias, quer quando o visitava no seu tranquilo lar de Neuilly-sur-Seine, quer nos animados repastos e conversas do Café de la Paix, do Café Anglais e do restaurante Durand, à Rua Royale, onde frequentemente se encontrava e jantava com amigos e camaradas queridos, chegados do Brasil e de Portugal. Outras vezes, encontrar-se-iam em casa de Eduardo Prado, na Rua Rivoli, num ambiente de alto luxo e magnificência, que teria inspirado o do 202 dos Campos Elísios, ou então na residência do eruditíssimo Barão do Rio Branco, em Auteuil, palestrando longamente, vivamente, sobre Arte, Religiões, Literatura, História, Ciência e, também, acerca de factos políticos e sociais que ocorriam nas suas Pátrias. A intimidade entre os dois homens subiu a ponto de Eça, por vezes, recorrer à influência de Domício da Gama para o ajudar a vencer alguma das suas crises pecuniárias.

No verão de 1897, passaram os dois amigos uma temporada na estação de águas de Plombières, nos Vosgos, fazendo-se mútua companhia e acamara-dando fraternalmente em passeios e diversões. Os laços de estima estreitaram-se, possivelmente, ainda mais. O grande Romancista escrevendo, um dia, para Berna, não deixa de manifestar ao amigo as «afectuosas saudades» de toda a sua casa e os votos de breve regresso a Paris. «Querido Domício» — é a expressão usada nas suas cartas, e a mesma cari-

nhosa fórmula de tratamento poderá ver-se naquela que foi reproduzida na revista «Ocidente», de Lisboa, por deferência do embaixador brasileiro Dr. Heitor Lira, que a recebeu das próprias mãos de Domicio da Gama, quando este exercia as funções de embaixador do seu país em Londres e ele as de secretário.

Paris, 28 Setembro
1898

Querido Domicio

Por fim acceito o seu tão amável offerecimento, e tão finamente feito.

Desejava tambem conversar consigo. É sobre a Revista.

Creio pelo que me consta que ella se está a escangalhar e abandonnada. Seria talvez bom aproveitar o casco, que é sólido, rijo e pode navegar. Diga onde nos poderemos encontrar.

Seu do C.

Queirós

Há nesta carta, — depois de brevíssima alusão a determinado offerecimento de Domicio —, uma referência a certa *Revista* que «se escangalhava» e era «abandonada». À data da missiva — 28 de Setembro de 1898 —, só uma *Revista* interessava a Eça de Queirós: aquella em que tanto trabalhara, aquella em que fundara tão «douradas esperanças» e que, como tudo o que é humano ou sai das mãos temporais do homem, haveria de soçobrar e desaparecer: a *Revista Moderna*. Com o seu infatigável amor pelas

publicações periódicas, tentou ainda Eça convencer o seu grande amigo do Brasil a ajudá-lo a salvar a *Revista*, da qual poderia aproveitar-se, ao menos, «o casco, que é sólido, rijo e pode navegar». Não se sabe se o apelo foi ouvido. É natural e provável que fosse, pois a isso lógicamente levaria a lei da boa amizade. Mas inútilmente, porque a publicação, pouco vendida em Paris, menos ainda em Lisboa e só alguma coisa no Brasil, e posto que pudesse abonar-se com algumas das mais preciosas páginas do insigne Romancista e doutros colaboradores de talento — Olavo Bilac, Oliveira Lima, Domício da Gama, Magalhães de Azeredo, Mário de Alencar —, não voltaria a erguer-se: morreria, dentro em pouco, em 1899, como tinham morrido o projectado *Serão* e a magnífica realidade que foi a *Revista de Portugal*. Registe-se, contudo, mais um serviço que, através da *Revista Moderna*, Eça de Queirós, generosamente ajudado dalguns intelectuais brasileiros, prestou, na capital do Mundo culto, à Literatura de Língua Portuguesa.

1953.

ANTÓNIO FEIJÓ

NO esplendor da idade, António Feijó, poeta e diplomata, tinha o ar distinto e robusto de fidalgo de boa cepa minhota, a quem o contacto com o grande mundo, as grandes capitais, afinara mais ainda a presença e virtudes. Fato de bom corte, uma bela flor a esmaltar-lhe a lapela do casaco, colarinho de goma donde lhe caía gravata escura, raiada de branco, o todo de um homem elegante de há cinquenta anos, de esmerado porte e apresentação. No rosto redondo, em que logo se notava a harmonia das feições e a regularidade dos traços, sob cabelos bem penteados e brilhantes, e uns olhos vivos, inteligentes, bondosos, ainda não affectados pelas rugas, fitando sorridentemente tudo e todos... A boca, que se adivinhava larga e pronta para a palavra, escondia-se sob os pêlos de farto bigode preto, que terminava em pontas finas sobre as faces lisas e cheias, que respiravam saúde e vigor. Era assim, como lhe chamava Junqueiro, o «opíparo Feijó».

De facto, — dizem-no os coevos —, da sua pessoa irradiava saúde e alegria, que se propagava a amigos e ouvintes do seu verbo, já muito conhecido

e consagrado em versos e obras que datavam de há muito, desde os seus tempos de estudante em Braga, em cujos periódicos colaborara, e em Coimbra, onde os contemporâneos e condiscípulos lhe ouviram recitar, em transportes de entusiasmo, no Teatro Académico, a longa poesia «Sacerdos Magnus», de homenagem à Pátria e a Camões. A sua estesia e o seu parnasianismo já se tinham manifestado sobretudo nas «Transfigurações», nas «Líricas e Bucólicas», nesse delicioso «Cancioneiro Chinês» e na «Ilha dos Amores».

Desejando, como Eça de Queirós e Jaime de Séguier, seguir a carreira consular, partira, em 1886, para o Brasil, onde exerceu funções diplomáticas no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

A simpatia irradiante da sua invulgar personalidade, a sua cultura, a meticulosidade e probidade demonstradas no desempenho das suas funções oficiais, indicavam-no para o exercício de mais alto cargo diplomático.

Vago o posto de ministro de Portugal em Estocolmo por morte do visconde de Sotomaior, figura de grande prestígio na própria corte sueca, foi António Feijó designado para lhe suceder.

Foi com o maior zelo e honestidade que cumpriu a sua missão. Mas o diplomata era, acima de tudo, poeta. Homem do sul da Europa, um meridional, produto exuberante peninsular, não se aclimataria definitivamente ao solo gelado da Escandinávia, não se resignaria a viver sem a alegria de um sol quente e rutilante, ele que nascera e crescera sob as bênçãos

do fulvo sol do Minho e apreciara as cálidas reverberações da luz tropical brasileira. Saudoso da paisagem e da vida da sua terra, exclama nesse retiro nórdico, que considerava um verdadeiro exílio:

«Só a voz da Saudade ecoa em terra alheia!»

Vêm-lhe à memória, constantemente, os dias festivos das aldeias minhotas, o canto matinal dos galos, as missas de alva, as romarias cheias de cantares e risos, as danças nas eiras, as cantigas pelas quebradas dos montes, as igrejinhas cercadas de místicas roseiras, as laranjeiras polvilhando-se de flor... E, além da serenidade dos domingos aldeões, de pátios de casas onde negrejam olhos de namoradas, recorda vivamente, através da neve dos obscuros Dezsmbros do Norte, os verdes campos da sua terra, o rio sonolento entre salgueirais, a macia areia, a alameda cheia de sombras e doçura, as estrelas acendendo-se no céu «como candelabros de oiro»...

Contrastando com a magia dessas recordações, o Poeta fixa o quadro topográfico do seu desterro:

*«Terras do Norte, meu longínquo exílio!
Águas tranquilas, pinheirais, rochedos...
Por estes bosques nunca andou Virgílio,
Nem melros cantam nestes arvoredos...*

Terras do Norte, meu longínquo exílio...

*Lagos sem fim; desertos sem miragem;
Mares sem ondas na toalha azul;*

*Nem uma ave de auroreal plumagem,
Nem uma planta que recorde o Sul!»*

Tudo é silêncio e desolação. Neve, solidão e frio... «Devem de ser assim as paisagens lunares». Os dias quase não têm luz, a neve amortalha tudo, estradas desertas, florestas silenciosas... Outras vezes, chove continuamente: são as tardes tristes e molhadas do outono polar, que agravam a nostalgia do poeta desenraizado. Onde está o calor do sol peninsular? Onde o bulício e a vida da gente da sua Pátria? Que é dos céus azuis, dos poentes doirados da sua terra, e desses «dias santos de sol católicos-romanos»?

Além disto, o homem, a alma do homem, sente dolorosamente o isolamento em que vive, a falta de família e de um lar:

*«Penetra-me não sei que profunda saudade,
Não sei que perturbante, incoercível tristeza;
Falta-me não sei quê, — família, intimidade,
Paz, conforto do lar... tudo vaga incerteza.»*

A incerteza acabou por transformar-se na realidade do seu casamento com uma formosa senhora sueca, Mercedes Lewin, e dos filhos, a cuja educação se entrega. A alegria e a paz do lar, porém, não foram duradoiras, porque uma atroz doença rapidamente cortou a existência da esposa, em quem adorava a candura, a beleza e a bondade. Prostrado pela enorme dor, voltou a mergulhar nas tristezas do exílio, a sofrer, mais exacerbadamente ainda, a solidão,

donde um enlace venturoso o tirara durante alguns anos. Nem os deveres oficiais nem os faustos da corte e da vida social atenuavam a dureza do golpe ou mitigavam a crueldade do drama em que o Destino teimosamente o lançava. Amigos e parentes viviam longe, por essa Europa e América fora, agora convulsionadas trágicamente com as hecatombes da primeira Guerra Mundial. Eram difíceis as comunicações e, por vezes, impossíveis as viagens. Teria de resignar-se a não sair de Estocolmo, continuar a sentir a solidão e o desespero do seu exílio, muito embora tivesse o amor dos filhos, a amizade do Rei e dos príncipes, a admiração das três cortes escandinavas e da alta sociedade estocolmense. Abatido e desiludido, vai escrevendo os seus últimos versos, o «Sol de Inverno», — «folhas mortas de outono ou de inverno precoce» —, que dedicou a sua mulher, e as «Novas Bailatas».

Com o tempo, todo o amor se muda em Saudade. Assim sucedeu com os grandes amores de Feijó: o amor da Vida, o amor da Mulher, o amor da Terra. Com pungente saudade, lembra, nas horas intermináveis desse exílio deprimente para a sua alma e para a sua sensibilidade, uma existência pletórica e feliz, velhas amizades de condiscípulos em Coimbra, «pálidas e loiras» visões que amou, o Brasil adorável na sua paisagem e na sua beleza. Na Suécia, veio encontrar a formosura feminina e a graça aliadas em Mercedes Lewin Feijó, que, para ele, — tal como a esposa Marcela do poeta latino Marcial —, valia «mais do que Roma». Permanente na sua alma, vive também a saudade da sua terra natal, dessa «ideal» Ponte de

Lima, aonde deseja vir dormir o derradeiro sono, juntamente com sua mulher, — já livre dos gelos polares da Escandinávia e desse fatal desterro —, como se adivinhasse que do Além ainda poderia a sua alma prelibar as belezas do torrão em que nascera, a espiritualidade dos seus poentes de oiro e o afago balsâmico das brisas sopradas do alto por algum Génio benfazejo... Tem sempre na memória aqueles montes, onde há a religiosidade dos versos de Frei Agostinho da Cruz, aqueles vales onde há a doçura idílica das rimas de Diogo Bernardes e aquele rio brando, faiscante, — «rio saudoso, todo cristal» —, que banha a «terra mais linda» que jamais encontrou. Permitiu, ao menos, o Destino que, junto do seu amado Lima e ao lado da estremecida esposa, viesse repousar, enfim, o excelso Poeta — o que morreu de Amor, ou antes, o que morreu de Saudade...

1959.

ENCONTRO COM AFRÂNIO PEIXOTO

NOS últimos dias do ano de 1936, um indivíduo estranho ao meio de Lamego surgiu nas ruas e praças da velha cidade, simplesmente vestido, mas com um ar de viva curiosidade pelas coisas do burgo, que não passava despercebido a quem fosse dotado dalguma observação. Era o Dr. Afrânio Peixoto.

Baixo, bem enroupado num sobretudo, andando lentamente, parece-me ainda vê-lo a atravessar, junto da Câmara, o Jardim do Campo, ora atentando nos grandes e antigos edifícios que o circundam, ora erguendo o olhar para o alto, para o céu, como se quisesse também estudá-lo ou saboreá-lo: o observador e o idealista; o sábio e o poeta.

Dias depois, encontrei o grande Escritor no palacete da Vista Alegre, num dos mais lindos arrabaldes de Lamego, propriedade do saudoso Comendador Alexandre Herculano Rodrigues, figura de relevo na colónia portuguesa do Rio de Janeiro e amigo íntimo de Afrânio Peixoto. O seu aniversário, que passava nesse dia, foi o pretexto da reunião de parentes e amigos. O verdadeiro motivo impusera-o a sua generosa amizade: uma tocante homenagem,

por parte do que Lamego tinha de mais representativo, ao ilustre brasileiro, seu hóspede.

Não esqueci e nunca esquecerei esse ágape que a munificência do Comendador Rodrigues ofertou a Afrânio Peixoto e aos seus amigos. Apesar de muitos dos presentes conhecerem só desde esse momento o Escritor, — e era o meu caso —, o jantar decorreu animado, numa atmosfera de elevação e de carinho pelo homenageado, cujo bom humor a cada passo se manifestava em ditos cintilantes e espirituosos. O fascinante conversador de sempre! Aos brindes, nenhum deixou de saudar a brilhante personalidade do autor da *Esfinge* e doutras belas obras, e recordo-me de que eu próprio, um tanto nervosamente, depois de citar Vieira e Aquilino, também exaltei o magnífico cultor da língua portuguesa, o estilista admirável, o mestre do camonismo contemporâneo, a quem pedi licença para oferecer um modesto e despretenhoso trabalho meu sobre o lirismo filosófico de Camões.

Serenamente, bondosamente, a todos agradecendo, Afrânio Peixoto pronunciou então, durante uns quinze ou vinte minutos, as mais lindas palavras que jamais ouvira sobre Portugal e os Portugueses, sobre o que fomos e fizéramos na história, sobre o nosso valor e o nosso inconfundível papel dentro da cultura e civilização universais. Aquelas palavras, tão cheias de saber e de autoridade, foram uma revelação para o meu espírito! Aprendi desde então a amar melhor e com mais orgulho o meu País — ousou confessá-lo. Todos os convivas ficaram surpreendidos com a magia da palavra de Afrânio Peixoto e

encantados com a beleza do seu brinde — um brinde feito a Portugal!



Aquelas palavras nunca mais as esqueci... Seria a voz da Fama, seria a voz da História, falando através de um espírito superior? Gravaram-se-me no cérebro e no coração, e nunca mais as esqueci. Por que as não ouviriam os meus alunos, — os alunos do Liceu que dirigia? Que bela lição de patriotismo! Lá fui à Vista Alegre, onde, como ele escreveu, «mora a doce Amizade», e pedi ao Escritor que repetisse aos estudantes e aos lamecenses, desenvolvendo-a se o entendesse, a formosíssima oração que lhe ouvira dias antes. Acedeu o bondoso coração de Afrânio Peixoto, cujos grandes olhos reflectiam o seu coração... Assim surgiu a notabilíssima conferência, proferida em 16 de Janeiro de 1937, numa tarde inesquecível, e que serviu de lição inaugural do novo e imponente Liceu de Lamego. Assim surgiu o «Dom Portugal», a «Lição de Lamego», dita pelo ilustre professor brasileiro no elegantíssimo teatro do moderno estabelecimento de ensino, perante a juventude escolar, professores e «o melhor» da antiga e nobre cidade. Quase uma hora durou a prelecção do Mestre, após breves palavras minhas de apresentação, que logo a sua modéstia qualificou de «nìmiamente generosas». Lembro a interminável ovação que ele recebeu, depois de ter traçado, em frase de puro cunho académico, uma luminosíssima síntese da nossa História.

Reduzida a escrito a pedido do distinto lamecense Dr. Acácio Mendes, leu-a, mais tarde, o eminente homem de letras no Museu do Abade de Baçal a quando duma visita a Bragança, e publicou-a no «Diário de Notícias», de 22 de Fevereiro de 1937. Este jornal classificou-a então de «primorosa peça literária, que ficará entre as páginas mais belas da obra magnífica de Afrânio Peixoto».

Cumpria ao meu Liceu editar a conferência por sua conta, para divulgar-se a «Lição de Lamego» e para outra coisa ainda: homenagear o grande cientista e Escritor brasileiro. Assim se fez, obtida a autorização do Autor. Não esqueço a generosidade com que ele quis mais uma vez penhorar-me, desejando que na edição fossem as minhas pobres palavras a abrir as portas de oiro de «Dom Portugal».

Ficou sensibilizado o Dr. Afrânio Peixoto com a edição. Assim mo comunicou em carta que, pouco depois, me escreveu do Rio:

«Recebo sua bondosa carta e a dádiva dos volumes, ou brochuras, do «Dom Portugal». Como está bonita «a lição de Lamego», assim enroupada, pela sua generosidade! Creia que me toca muito sensivelmente esta deferente bondade dos meus amigos de Lamego. A sua longanimidade é então reincidente. Não bastaram as graças da sua palavra generosa, apresentando-me aos Lamecenses; ainda esta edição acrescenta minha dívida... Só indo aí, um destes dias, agradecer aos meus amigos e estreitar, nas minhas, sua honrada mão. Lembre-me ao Liceu de Latino Coelho, aos nossos mestres, à mocidade que me ouviu e gratificou... enfim, a essa boa terra em que

vivi feliz, amimado, dois meses encantadores de minha vida...»

Parece que essas páginas foram da sua particular simpatia, porque elas voltaram à luz da publicidade como remate — e belo remate esse! — das *Viagens na minha Terra*, um dos seus mais encantadores livros. Como quer que seja, não posso deixar de confessar o meu desvanecimento pelo facto de ter contribuído para a elaboração e divulgação duma das mais lindas lições de História Pátria!



Algum tempo depois, fui apresentar o meu agradecimento a Afrânio Peixoto pela maneira gentilíssima como acolhera o convite que lhe fizera em nome da corporação escolar a que presidia. E renovei-lhe as minhas felicitações.

Tenho ainda na memória a confortável sala de fumo onde fui recebido pelo Escritor e pelo Comendador Rodrigues, distinto homem de negócios, bom conversador e muito viajado. Afrânio Peixoto mantinha-se de pé para ficar mais próximo do radiador, sobre o qual poisava amiúde as mãos. Enregelava-se lá fora, naquela tarde de inverno. Mas até o frio português parecia não desagradar àquele brasileiro ilustre, cujo tipo físico tanta semelhança tinha com Eugénio de Castro, — um dos seus ídolos literários da mocidade e de sempre, além de Maeterlinck e Gabriel d'Annunzio.

Outro dos seus ídolos — Camões. E com que devoção o incensava! E com que inteligência o via!

Sempre considerei Afrânio Peixoto o mais culto e o mais inteligente dos camonistas contemporâneos. Por sua modéstia, quis ficar discípulo, ele que tinha envergadura de Mestre. Admirava o Dr. José Maria Rodrigues, mas não o entusiasmava a sua tese infantista, sobre a qual tinha seu ponto de vista original... E o autor dos «Ensaio Camonianos» confidenciou: — Data de há muito meu amor por Camões. Meu avô, um português, deu-me uns *Lusíadas*, era ainda menino... Li-os... Fiquei-lhes absolutamente preso, desde então.

A conversa rodou para outras figuras literárias: Eça de Queirós, de quem contou saborosas anedotas, e Ramalho, cuja «ramalha figura» saudou ainda em Paris... E o culto escritor passou a narrar, com peculiar graça e naquele doce e saboroso sotaque do falar da sua terra, episódios curiosos das suas viagens, que efectuou em grande número através de quase toda a Europa... Um raro prazer ouvi-lo!

Este prazer redobrou quando, nessa mesma tarde, anunciando aos presentes o último trabalho seu, — Afrânio Peixoto trabalhava constantemente, diàriamente, levantando-se muito cedo e preparando com beneditino esmero o mel da sua cultura e o perfume da sua prosa — nos fez a leitura do que acabara de escrever sobre uma tradição que anda à roda de certa erva que brota no alto do monte de São Domingos da Queimada, nas redondezas de Lamego.

Quis Afrânio Peixoto saber ao certo o nome dessa erva preciosa... Esclareceu-o o Dr. Manuel Quintela, professor do Liceu, afirmando-lhe que se tratava da erva «lesta», de miraculosas virtudes pro-

líficas, no entender do povo e até de reis...

Formam essas páginas, de nítido vinco afraniano, um capítulo das «Viagens na minha Terra» — viagens que ele fez partindo dali, de Lamego, do «âmago de Portugal», como ele gostava de dizer. E ora no caminho da fronteira, até à Galiza, ora viajando para o sul, até ao Algarve, com curtos intervalos de repouso na Quinta da Vista Alegre, Afrânio Peixoto, sempre acompanhado do seu amável hospedeiro português, encheu os seus olhos, a sua sensibilidade e a sua alma com a beleza, a variedade, a ternura, a graça, da nossa paisagem, das nossas cidades, da nossa gente. Ninguém as soube ver como ele, o fino psicólogo!

Um dia, procurou-me para se despedir. Regressava ao Rio de Janeiro, à sua terra, aos seus... Nunca mais o veria.

Escreveu-me do Brasil e distinguiu-me com a oferta dalgumas obras suas, que guardo avaramente. Voltou ainda a Portugal. Duma das vezes, para receber em Coimbra o grau de doutor *honoris causa*. Essa homenagem encantou-o e emocionou-o profundamente. Disse-me nestas palavras: «meu coração português estava cheio de júbilo e de orgulho...» Como não seria assim para quem se expressava sobre Coimbra deste modo: «Foste meu primeiro amor quando mal abria os olhos à inteligência: serás o meu último amor, à cultura, à arte, à história, à lenda, à maravilha de minha terra e de minha gente, Santa Coimbra!»

Continuei, de longe, a admirar esse príncipe da intelectualidade latina, o nosso melhor embaixador no estrangeiro. Às vezes, no próprio Portugal...

Arauto, em toda a parte, do nosso espírito, defensor do nosso nome... Talento multiforme ao serviço das letras de Portugal e do Brasil, inextinguível foi a mina das jóias literárias que produziu. Desapareceu o maior português nascido no Brasil? Magoadamente o afirmamos todos. Mas, com a saudade do espírito de Afrânio Peixoto, ficará o oiro puro de uma obra que não morre...

1947.

O POETA CÂNDIDO GUERREIRO

JÁ tivemos ocasião de saudar, na Imprensa, Cândido Guerreiro, a quem, não há muito, os seus compatriotas e admiradores consagraram, promovendo-lhe festas de homenagem na terra onde tem vivido, a linha capital do Algarve.

Voltamos, hoje, a saudá-lo, a propósito do seu novo livro de versos «Às tuas mãos misericordiosas», que enchem, agora, do melhor perfume lírico as montras dos livreiros. Trata-se de uma formosa colecção de sonetos, — a forma literária predilecta de Cândido Guerreiro, a forma que ele quase exclusivamente escolheu para nela vazar as suas ideias ou as suas emoções.

O género é difícil, mas o Poeta sente-se nele à vontade, trata-o com amoroso cuidado, cinzela-o com requintada arte. Por isso, é considerado um dos melhores técnicos do soneto, dentro da moderna literatura. Sonetista de valor afirmou-se logo ele no início da sua carreira literária, em 1904. A edição desse ano, renovada e aumentada em 1916, contém muitas das melhores jóias do seu labor literário.

Depois de rápido ensaio sobre um tema místico — o primeiro sermão de Santo António «Em

Forli» —, Cândido Guerreiro volta, em 1930, à forma estrófica da sua preferência e publica essa linda e original edição do «Promontório Sacro», obra de feição nacionalista, no fundo, e também um grito de amor à terra algarvia, destacando e reivindicando para ela a grande parte que lhe cabe na glória das Descobertas e o orgulho de ter albergado, em seu seio, o maior Sonho e o maior Príncipe do século de Quatrocentos...

O patriotismo do Poeta reafirma-se mais recentemente no «Auto das Rosas de Santa Maria», escrito expressamente para ser representado, como o foi, a quando da comemoração dos Centenários, no sagrado solo da Ponta de Sagres.

Reaparece agora, no pequeno mundo das nossas Letras, com mais um bom punhado de belos sonetos, «tirados da gaveta onde guardo as minhas frioleiras literárias», como nos diz com a sua modéstia de grande. Já veremos de que espécie são essas «frioleiras»...



Consta a obra de duas partes, que se intitulam «Homo» e «Dionísíacas». Os sonetos da primeira parte, com as suas preocupações espirituais, com os seus anseios metafísicos, com as suas dúvidas dolorosas, inquietantes, ligam-se ainda à primeira fase literária do autor, a fase dos seus primeiros sonetos, nos quais o espírito do Poeta perpassa ora batido pela tormenta, ora animado pela esperança, umas vezes confiante, outras descrente, constantemente

interrogando a sua consciência, agora buscando a Verdade, logo tentando apaziguar a sua sede de Absoluto...

Os versos da primeira parte de «Às tuas mãos misericordiosas» têm idêntico carácter. Nalguns julga o Autor ter alcançado a compreensão da Vida; noutros, são os mistérios dela que o perturbam e o levam a sondá-los com penetrante e corajosa análise. Se, umas vezes, sente no seu coração, a alegria da Vida, o gosto de viver, o amor da Natureza, outras vezes são grandes torturas morais que dominam o seu espírito, sofre, com a sua inteligência, a dor angustiosa de não poder penetrar no que, para a pobre Humanidade, é misterioso ou terrivelmente obscuro... No soneto *Homo*, é a impossibilidade de atingir Deus que o desespera:

*«E Deus? Como atingi-lo? Dilacero
A sombra onde se oculta e — ó desespero,
Ó voo inútil — não se acaba a sombra...»*

O aniquilamento de toda a vida ideativa e psíquica preocupa-o e então interroga:

*«Mas eis, lá fora, levantou-se o vento,
E vem bater e uivar à minha porta...
Crepita o lume... Ateia-se, risonho...*

*Depois vai-se apagando... E o pensamento?...
Será também disperso em cinza morta?
E em fumo a labareda do meu sonho?*

Compreende-se, por isso, que o Poeta procure, com a maior ansiedade, uma certeza, uma verdade eterna, para satisfação da sua razão, para tranquilidade da sua consciência perturbada. É em vão que as procura. Desoladamente, confessa-nos:

*«E, pávido, descubro apenas isto:
Dentro de mim, a devorar-me, a esfinge,
A dor do pensamento! Sei que existo...*

*Sou o eco talvez dalgum gemido,
Gota de sangue, a lágrima que tinge
Talvez a face dalgum Deus vencido...*

Mas a extinção da vida — da sensação e da ideia — revolta-o, e nem mesmo deseja a impassibilidade, o nirvana, por serem a negação do esforço. A essa imutabilidade, mesmo sinal de perfeição ou de plenitude, prefere o Poeta as comoções da dor ou do ódio, os impulsos vitais do seu sangue impetuoso:

*«— Nunca mais? — Eu prefiro a dor humana,
Que o ódio me crepita em cada veia,
Que me estrangule a garra do remorso...»*

Nem sempre, porém, se revolta ou desola, nem sempre desespera ou se interroga. Também eleva o seu espírito para o Além, para Deus, pensa na cruz «de braços imortais», e sente a força apaziguante da crença, o seu cântico «alto e maravilhoso», porque

*«...preenchendo o vácuo da matéria,
Gota de orvalho unida ao oceano,
A crença é voz e olhar de Deus, — é alma...?»*

Em tais momentos, é com olhos menos negros que o Poeta vê o mundo, todo o criado e toda a criatura, chegando a vibrar intensamente com os belos espectáculos da Natureza, com a luz do Sol nascente — uma apoteose! — que lhe estonteia o olhar e des-terra, para longe, as suas mágoas e cuidados, e com o canto arrebatador das aves, suas irmãs, às quais, como S. Francisco de Assis, abençoa enternecidamente, em versos de culminante lirismo:

*«— Vinde, ó aves! poisai sobre o meu ombro,
Que eu sou um sacerdote panteísta
E em mim reincarnou il Poverello...»*

*Eu ouço-vos cantar: rezais. E, imerso
E arrebatado em êxtase devoto,
Convosco subo, canto e me disperso*

*No ar, no som, na cor, no azul remoto,
«E — minuto imortal! — eu sou um verso
— Verbo divino, transcendente, ignoto!»*

Não deixa de sentir o Poeta a vida palpitante e fremente, a vida real em potência, e sente-a, e ouve-a nas germinações da «chã reverdecida», na seiva das plantas, na onda embravecida, nas lágrimas duma Santa, no entrechocar dilacerante da turba-multa... Ouve-lhe a canção, ouve-lhe os gritos e as lutas incessantes contra a morte, de que triunfa sempre, afinal:

*«Quem solta gritos de vitória e exulta,
Vencendo a morte à frente do combate,
É ela sempre, eternamente, a vida!»*



Em «Dionísíacas», — a segunda parte do seu livro —, Cândido Guerreiro inclui composições de carácter diferente, quanto à essência. É menos especulativo, mas, se perdeu em pensamento, houve, em contrapartida, ganho de emoção. Os temas, agora tratados, são, geralmente, outros. O Poeta pôs de parte certa filosofia e aproxima-se de nós, da vida humana, do mundo dos fenómenos e dos sentidos... Interessa-o agora a realidade tangível e dá-no-la com a cintilação do seu verbo apurado, depois de a ter feito passar pelo crivo de oiro da sua sensibilidade de artista e depois de a ter aquecido ao calor do seu coração de homem e de poeta. É o seu Algarve, — oiro e azul, florido e verde, luar de amendoeiras, montanhas de anil, paisagens de sortilégio; é o Guadiana, de «tumultuária, revoltada espuma», e é Sevilha, — catedral e toiros, fé e sangue, alma de Espanha... Ora evoca a sombra de Pasteur, sábio e santo velando pela Humanidade, ora flagela, numa onda de generoso pacifismo, as águias da rapacidade e da destruição, exclamando:

«— Ó mães, ó legião crucificada,
Matai as aves do assassínio! Esmague-as
Num ódio eterno a vossa dor sagrada!»

Grupos de sonetos, versando o mesmo assunto, formam poemas encantadores, plenos de sentimento e de graça delicada, como os intitulados *Fantasma* e *Jornada*. Outros são dum realismo arrepiante como

Inhaguaia, — a africana ilha de leprosos —, com versos de sabor baudelaireano, que nos chocam dolorosamente a sensibilidade... Mas são arte! Uma ou outra vez, nesta parte do seu livro, Cândido Guerreiro regressa aos temas graves, profundos, da primeira, e, apesar de amar a vida e ser um forte, não se liberta de certo sentimento de tristeza, à maneira de António Nobre:

*«Ao mundo vim assim tão malfadado...
— De tarde houvera um temporal desfeito;
Nasceu à noite mais um desgraçado...»*

*«De novo a ponte sobe: então governo,
Senhor feudal no meu domínio eterno,
Castelão do «Castelo da Tristeza»...»*

A rica personalidade do Poeta apresenta-se-nos distintamente com os aspectos de um pensador, um emotivo e um feliz cultor da expressão. Ele realiza em si e é um exemplo daquela sua definição de Arte que, um dia, — já bem distante! —, lhe ouvimos: «A Arte é a emoção feita pensamento e cristalizada na forma».

Forma eminentemente poética tem-na Cândido Guerreiro, e esse é um dos traços bem marcados do seu lirismo. Carregada de emoção mas equilibrada, correctíssima e sem excessos de fluência. A expressão é sempre adequada e a adjectivação, embora abundante, é feita com excelente propriedade. Cada palavra surge no verso não só com todo o seu poder musical mas também com todo o seu valor ideológico, diremos mesmo com o seu valor matemático de signi-

ificação. Não abusa o Poeta das imagens. E tem-nas formosíssimas:

*«Milhos que secam peças soalheiras
São lenços amarelos e bandeiras
Que nos acenam de entre as ramarias...»*

*«..... Vinha surgindo
Enorme, o sol, fantástica romã
Partida ao meio e a debulhar-se em mosto...»*

*«Manhã de rosas... Chiloane, perto...
Taças ao alto, a trasbordar de mosto,
Há nuvens a aguardar o sol de Agosto,
E o céu de púrpura é um pátio aberto...»*

Cândido Guerreiro tem, pois, o segredo da forma, esse especial dom — a poucos permitido — de saber encontrar e de saber transmitir a expressão bela, a frase perfeita, e aquelas palavras que, combinando-se de mil maneiras, podem suggestionar, seduzir e encantar os nossos sentidos ou o nosso espírito, despertando-os para um mundo de inesperadas ou desconhecidas sensações e emoções...

Se obedecêssemos ao natural costume de filiar tendências e classificar aspectos, seríamos possivelmente tentados a notar nos versos do Poeta certo sabor anterior e, remontando mais longe no tempo, afinidades com alguns dos nossos maiores sonetistas. Preferimos, porém, afirmar que Cândido Guerreiro é, no presente, um lídimo representante do lirismo nacional, um grande poeta que sabe sentir, de maneira profunda e ao mesmo tempo elevada, a sua alma e a alma da sua Terra...

1943.

UMA BIOGRAFIA DE S. JOÃO DE DEUS

NASCEU em 1495, em Montemor-o-Novo, e era filho de gente humilde. Aos oito anos de idade, sem razão conhecida, abandona a casa dos pais, atravessa a Estremadura espanhola e vai fixar-se na vila de Oropesa, em Castela, como simples guardador de rebanhos. Já homem, alista-se nas hostes que D. Fernando Alvarez de Toledo aliciara para a guerra que Carlos V declarou à França, e, pouco depois, toma parte na campanha que o mesmo soberano moveu, na Hungria, contra o Grão Turco Solimão. Não regressa por terra a Espanha, mas, na companhia de D. Fernando de Toledo, conde de Oropesa, atravessa a Alemanha e faz a viagem pela Mancha, aportando à Corunha. Dirige-se daqui a Portugal, não sem primeiro ter visitado, em Compostela, o túmulo de Sant'Iago. Na terra natal, já não encontra seus pais: a mãe morrera «de saudade»; o pai, no século André Cidade, entrara no convento de Xabregas.

Volta João a Espanha, donde segue para Ceuta, em cujas obras de fortificação trabalha. Um dia,

faz-se de vela para Gibraltar, onde um aviso do Céu lhe diz que vá para Granada, a cidade mourisca das margens do Genil, na Andaluzia, que virá a ser o teatro do seu alto destino.

Aí se sente iluminado, tocado da graça divina. Brota nele a caridade, o infinito amor dos pobres, que se manifesta de mil formas. Mas a mais elevada é a que se traduz na fundação do seu hospital para todos os doentes e para todos os que sofrem. Percorre inúmeras terras de Espanha a fim de alcançar donativos e obter esmolas para sustento dos seus pobres e enfermos: Toledo, Salamanca, Valhadolid... Aqui, é acolhido generosamente pelos grandes da corte e por Filipe II, ainda Príncipe. Nem todos, porém, reconhecem, ao lusitano santo, a seriedade da obra nem sua fama de santidade. Mas continuam os actos assombrosos do servo de Deus, os testemunhos insuspeitos, e os incrédulos convencem-se, os cépticos já não duvidam. Convertem-se à sua obra, auxiliam o «Pai dos Pobres». É a vitória e, após ela, a difusão da sua grande obra social. Trabalha, socorre, luta, ama até ao fim, até à morte. E nessa Granada mourisca, ressoante ainda do nome do rei moiro Boabdil, nessa Granada que, de facto, se lhe abriu como uma romã, em cruz, S. João de Deus expira, aos 55 anos, entre os perfumes cristãos da oração e do amor divino...



Pois é a vida extraordinária deste português do século XVI, — que foi pastor em Oropesa, soldado

em Fuenterrábia e na Hungria, operário em Ceuta, mercador de livros em Gibraltar, rachador de lenha em Granada, tratado de louco, fundador de uma ordem religiosa, a dos Hospitaleiros, depois visto e venerado como santo —, que a falecida Condessa de Nova Goa, D. Raquel Jardim de Castro, nos descreve luminosamente na obra «*S. João de Deus*», cuja segunda edição acaba de surgir nos escaparates das livrarias.

Mais de trinta biógrafos escreveram já sobre a vida, feitos e milagres do Santo português. Arrimada ao mais ilustre deles — o Bispo de Cirene, D. Frei António de Gouveia —, apresenta-nos a Autora uma vida do *bendito João*, bordada, como diz, «com o fio do seu sentimento» e cheia, dizemo-lo nós, de penetrante encanto. Não é um talento vulgar aquele que pôde dar-nos uma história como esta da existência de S. João de Deus, em que tão subtilmente soube combinar o relato dos factos com um grato aroma de lenda, criando aquela atmosfera de maravilhoso, que é um dos grandes prazeres da sua leitura.

«Não conhecia Plutarco, nem era letrado, este santo varão, mas na sua claríssima inteligência germinavam todas as intuições do bem-fazer». Foi larga e profunda a acção beneficente daquele que «amava a Deus sobre todas as coisas e ao próximo muito mais do que a si mesmo».

Estas palavras da Condessa de Nova Goa são altamente expressivas e definem bem a personalidade moral de S. João de Deus, que admira se não chame «de Granada», tal como fizeram a Santo António

de... Pádua. Portugal, também neste capítulo, pode ser pródigo com os outros...

Poeta do amor de Deus foi o *bendito João*, como, séculos atrás, o fora S. Francisco de Assis. Simplesmente, não fazia versos como *il Poverello*. Mas sentia-os...

O seu amor do próximo tomou aspectos extraordinários, talvez únicos, e não é sem um frémito de espanto que se lêem aquelas páginas em que se nos conta o modo como curou, em Oropesa, uma mulher, lambendo-lhe as chagas repugnantes... Assim o seu amor pelo semelhante chega a ter foros de heroicidade, e é, nesse sentido, que deve considerar-se herói o Santo português.

Deixa-nos o livro compreender que S. João de Deus não era propriamente um contemplativo, antes tinha um temperamento activo, e de sua activa e santa caridade nasceu a sua grande obra social, a fundação do seu hospital, — uma revolução para a época —, onde todos os infelizes que encontrava nas ruas e praças eram recebidos e tratados: «*tolhidos, mancos, leprosos, mudos, loucos, paralíticos, tinnhosos e outros muito velhos e muitas crianças. E além destes todos, muitos peregrinos e viandantes que aqui se chegam e se lhes dá lume e água e sal e vasilhas para guisarem o comer...*»

Quem o não poderá qualificar de precursor da assistência social moderna? Setenta anos após a sua morte, já estavam fundadas cerca de duzentas casas hospitalares, onde eram cuidados mais de cem mil doentes! A enorme força espiritual da sua alma não se perdeu, como se vê, e, no entanto, a humildade era

a sua grande força. «*El varon escondido*» — eis como o designava o arcebispo de Granada, Dom Pedro Guerrero, querendo fazer entender como era imensamente modesto o grande S. João de Deus. A sua humildade, a sua obediência, o seu raro espírito de sacrifício esplendem e espelham-se nesta sua frase, a que não falta poética rescendência: «Espinhos e trabalhos serão para mim cravos e rosas, se vierem da mão do meu Senhor». O glorioso Lope de Vega, que em 1614 professou na Ordem de S. João de Deus, em Toledo, exaltando as virtudes do Santo Patriarca, escreveu num poema que lhe dedicou:

*«Que peregrino modo
De hallar a Dios, el depreciarse tanto!
Portugués y humilde causa espanto!!»*



Demora-se a distinta Escritora a contar-nos, com delícia, os milagres e os heróicos feitos do admirável Santo. Estudou a sua vida com amor e compreendeu claramente o sentido nobilíssimo da sua missão na Terra. Adivinha-se que foi uma das suas devotas, e, sem dúvida, a sua devoção profunda pelo «bendito João» — como gosta de o designar — levou-a a escrever as magníficas páginas, onde tanta beleza moral splende e nos comove.

Dando-lhe realce, há a beleza literária do livro que à Autora mereceu, e justamente, especiais cuidados. Lendo-o, temos muitas vezes a impressão de que nos encontramos a reler passos dalguma obra

novelesca do século XVI, ou trechos de castiça linguagem dos autores místicos do século XVII... Com muita arte, com fina habilidade, criou a Autora uma prosa adrede preparada, bem entretecida, na qual òptimamente vasou a história do nosso Santo. Da linguagem da sua época se aproximou a linguagem do livro, cujo amável ressaibo arcaico não impede, no entanto, que se considere um livro do nosso tempo.

Termina, geralmente, cada capítulo com uma ou mais frases conceituosas ou apologéticas, referentes às virtudes e aos merecimentos de S. João — o que contribui para aumentar o perfume de antiguidade que se respira em toda a obra. Não se dirá que esse perfume se não casa maravilhosamente com a índole do trabalho. É esse um dos aspectos felizes do livro, quando se encara pelo prisma das suas qualidades formais.

A natureza do assunto exigia que fosse tratado num estilo de cristalina simplicidade. E foi-o. Mas essa simplicidade nunca desce à trivialidade, porque a acompanham a elegância, o equilíbrio, a correcção. Destacam-se, especialmente, um invulgar equilíbrio de forma e o sentido musical da frase, — segredo dos que bem escrevem. Dona Raquel de Castro tinha esse segredo. Com as palavras que todos empregamos, construiu uma prosa capaz de exprimir todas as emoções e todos os pensamentos, e de tal modo que não há, no seu livro, período ou expressão que alguém não entenda. Não há, igualmente, adjectivação inadequada ou superabundante. É esse outro dom do seu estilo. Recordamos Lopes Vieira em

Portugal, Bédier em França, nas obras de evocação que empreenderam.

Luz clara, doçura de penas, transparências finas de azul são as sensações que nos causa o estilo harmonioso da Condessa de Nova Goa, que, com o seu intenso poder descritivo e penetração psicológica, possuía plenamente os predicados literários requeridos para obra de tal género e de tanta monta.

Belo serviço prestou, pois, a talentosa Escritora às Letras nacionais, não só escrevendo com elevada espiritualidade e requinte artístico um livro bem português, mas ainda evocando, comovidamente, para a inteligência e para a sensibilidade modernas, a figura extraordinária de um Herói e Santo do século XVI — século de ouro, que se opulenta, em Portugal, com muitos dos maiores espíritos que surgiram na Terra: S. João de Deus, D. João de Castro, Albuquerque, Pedro Nunes, Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões...

1948.

BERTA SINGERMAN

QUANDO as luzes do velho teatro Sá da Bandeira se apagaram e a sala ficou mergulhada numa penumbra de templo religiosamente silencioso, uma interrogação e uma grande expectativa se formaram no meu espírito diante daquele palco iluminado como um altar e diante da única figura que o ocupava, imóvel e dormente como estátua de puras linhas helénicas. Em breve, após alguma concentração — esforço de memória? preparação da receptividade do espectador? apelo ao subconsciente? —, a estátua animou-se, ganhou movimento e vida, e começou o seu desenvolvimento de gestos, atitudes e sons, na ânsia de compor a vasta tessitura de versos, profundos como a própria existência, de «Las Campanas», de Edgar Poe.

Os seus dons físicos impõem-se logo e irradiam simpatia, a máscara adquire extraordinária expressão, a sua voz conquista-nos imediatamente e sentimo-nos arrebatados, sem esforço, para um mundo diferente e distante — o mundo que Berta Singerman rapidamente ergueu, mercê da sua vontade e da sua Arte.

Para ele somos levados aligeramente, como se as próprias asas do seu vestido inconsútil tivessem o miraculoso condão de transportar as almas sensíveis para as superiores regiões imateriais, onde vogam, plenamente livres, o Espírito e a Poesia... Ou, talvez, seja a própria Artista que, com o seu invulgar poder histriónico, a sua impecável e agradabilíssima dicção, a sua voz multímada, — uma voz que canta, que fala, que ri, que chora, e nos dá toda a gama dos sentimentos humanos —, traga a Poesia até nós e no-la faça sentir, voluptuosa ou triste, ingénua ou alegre, dramática ou épica, em toda a verdade da sua criação.

Na realidade, há elegância e nobreza nas suas atitudes, há harmonia e ritmo nos seus gestos; e cada verso, cada frase, revelam-se nitidamente nas suas palavras ou são desenhados, no ar, por meio de suas mãos finamente patrícias ou ligeiros movimentos de seu corpo esbelto. Fremente toda a sua pessoa, — e o frémito divino comunica-se às almas —, ao concretizar, com felicidade impressionante, os versos dos Poetas que vai interpretando: argentinos, chilenos, brasileiros, portugueses, espanhóis...

As interpretações de Berta Singerman são também criações. Em meu entender, ela cria «materializações de poesia». É alguém que profunda e extensamente compreende a ideia ou o motivo poéticos e os sabe traduzir de forma excepcional. Mas parece que a sua preocupação não é, propriamente, exprimir apenas o seu fundo, a sua *essência*. Como grande actriz que é, dramatiza superiormente e transmite ao ouvinte, sobretudo, sensações de encanto e impressões

de beleza, servindo-se de qualidades físicas e anímicas que possui em alto grau: a modulação da voz, capaz de dar toda a gradação dos sentimentos; a nobreza da sua individualidade; as posições esculturais, sem uma quebra, duma pureza hierática de deusa; a gesticulação feliz e helênicamente harmoniosa; a arte com que tão naturalmente sabe dar os contrastes — os contrastes das almas e os da vida — e o grande sopro comunicativo que faz rutilantemente reviver, no ambiente extasiado da sala, versos e almas de Poetas... Ruben Dario, Junqueiro, Poe, Gil Vicente, Prévert, Iturburu, Garcia Lorca e outros ali tiveram fulgurante expressão na declamação superior de uma Artista que soube, não só com o seu espírito mas também com os seus olhos, com os seus lábios e com as suas mãos, falar a linguagem suprema e eterna da Poesia. Essa linguagem é também a da Vida. E Berta Singerman soube ser humana em «Las Campanas», de Poe; grave e religiosa, nesse extraordinário «Sermon de la Montaña», que revolve a fibra mística das almas; maternal e terna em «Sueño Infantil», de Miguel Lira; amorosa e vibrante em «Este Amor», de Jacques Prévert; graciosamente moderna em «Ferro Carril», de Manuel Bandeira; apaixonada em «Canta Corazon», de L. de Queirós; «coquette» e namorada na cantiga de Gil Vicente «Por do passaréla sierra»; palpitante de vida livre e saudável em «Alegria del Mar», de Ercasty; comovente e trágica em «La Cojida y la Muerte», de Lorca, com que empolgou o auditório, que a ovacionou, entusiasticamente, de pé.

Já não é nova Berta Singerman. No entanto,

e muito embora a sua voz a não acompanhe perfeitamente nos registos mais violentos ou nas exclamações mais fortes, quase prejudicando, em tais momentos, a clareza da articulação, — vê-se que ela está na plenitude dos seus recursos artísticos, na posse de seus pujantes dons, e que atingiu o ápice da sua Arte. No zénite da sua carreira luminosa, — em que o Destino a fadou para espalhar pelo mundo a Emoção e a Beleza —, Berta Singerman conseguiu o milagre de nos apresentar as mais belas plasticizações de poesia.

A sua voz, grave e doce ao mesmo tempo, faz ressoar os cantantes acentos do idioma castelhano. Porque é na língua de Cervantes e Campoamor que a grande declamadora argentina se exprime e exprime a sua Arte perante as multidões ansiosas de Beleza. E são duas horas de encanto espiritual, realçado pelos maravilhosos sons de um instrumento que vibra tão belamente na garganta de ouro da admirável Artista.

Entrei no antigo teatro interrogando-me a mim próprio sobre se poderia achar nele algo de novo e emocionante que se me desse naquela hora. Não foi iludida a expectativa. Julgo ter encontrado, por vezes, a própria Poesia, saindo das mãos ou fluindo da boca de Berta Singerman, cuja entrada em cena se faz com modéstia e simplicidade para, em contrapartida, sair dela em acordes triunfais de glória, como se fosse a própria deusa Vitória caminhando, magnífica e radiosa, entre os propiléus do seu templo.

Ao contrário do que dizem, a Poesia não é feminina, porque homens e mulheres a fazem e a sentem.

Mas melhor do que ninguém a saberá exprimir a mulher, com os requintes e adivinhações da sua sensibilidade, os encantos e a música da sua presença física e espiritual.

Já não oiço Berta Singerman, mas vejo ainda, diante de mim, como numa obsessão, os seus olhos e a sua boca, os seus braços e as suas mãos, o seu vestido lilás e púrpura — e a sua Arte, traçando, esboçando ou esculpindo, no ar, as jóias cinzeladas e cintilantes ou as flores imaculadas e capitosas da verdadeira, da divina Poesia.

1953.

A RAINHA DA INGLATERRA NO PORTO

TAMBÉM vi a Rainha. Nessa manhã de Fevereiro, fresca, mas com um sol já vivo, a brilhar, a espaços, num céu ora azul, ora coberto, súbitamente, de nuvens anunciadoras de chuva, o carro percorreu até à Bolsa as ruas do Porto, animadas de gente e engalanadas de colgaduras e bandeiras portuguesas e britânicas. Fácil e rapidamente atravessou a Praça da Liberdade, desceu a rua Mousinho da Silveira e colocou-me diante do Palácio que, por momentos, seria o Buckingham da Rainha da Inglaterra.

A essa hora, já a Praça do Infante D. Henrique era um cacho humano, agitado, palpitante, deixando ressumar constantemente a imensa ansiedade que o dominava. A própria estátua do Navegador era um galeão coalhado de populares...

Dentro do Palácio, o átrio, as escadas, os varandins enchiam-se de damas e convidados, — o escol do Porto e do Norte —, menos ruidosos, mas não menos ansiosos de verem e vitoriarem a Rainha que, num gesto de simpática gentileza, resolvera aceder ao convite dos portuenses para visitar, ainda que por

breves instantes, a cidade portuguesa mais popular na Inglaterra, aquela que, entre nós, por sua vez, mais evocativa se torna duma cidade inglesa.

A decoração do Pátio das Nações era sóbria e distinta, como convinha a visitantes britânicos. Algumas bandeiras, escudos portugueses, sugestões do estilo manuellino, coroas inglesas, a inicial de Elisabeth, e sobre o mosaico, — mas deixando, ao centro, intervalo suficiente para passar a Rainha e o seu séquito —, canteiros de vasos, dum e doutro lado duma passadeira vermelha, que ofertavam à vista, com as suas flores, vivas e delicadas, uma deliciosa mancha de cor e primavera...

De vez em quando, um alto-falante lançava notícias sobre o decorrer da viagem desde Lisboa a Pedras Rubras. E sempre que a voz do locutor iniciava alguma frase, o coração dos presentes agitava-se como se a nova, ansiadamente esperada, chegasse enfim. Ainda não fora desta vez que poisara no aeródromo vizinho o avião que trazia aquela Rainha que, vindo a Portugal, vindo a Lisboa, à Batalha e Alcobaça, não quisera deixar de visitar, sem protocolo, a terra mais portuguesa de Portugal, a cidade onde casara e residira outra rainha, natural da sua pátria e sua ascendente, D. Filipa de Lencastre; onde nascera o Infante Navegador, tão inglês pela inteligente pertinácia e tão português pelo Sonho audacioso, e junto da qual, em localidade pouco distante, fora assinado, já em 1372, um tratado de aliança e amizade que, mais do que no papel, se firmara, para sempre, no grande coração luso-britânico, que uma

extraordinária vida comercial e marítima haveria de fazer palpitár através dos séculos.

Correspondendo à sua deferência, ali estava o Porto inteiro nas ruas e no palácio da Bolsa para receber com simpatia e entusiasmo a soberana dum país amigo, recentemente sagrada e coroada na catedral de Westminster, em cerimónia inesquecível, que o mundo inteiro acompanhou com curiosidade e prazer. Mas não era só a soberana... Era também, para o nosso povo, para a sua sensibilidade, a mãe affectuosíssima de dois encantadores príncipes, como os dos nossos contos de fadas, e a cara esposa, a mulher casada por amor com o duque de Edimburgo, jovem e marinheiro por gosto, como autêntico Mountbatten, agora chegado a Portugal duma viagem de meses através do Mundo...

De novo se fazem ouvir os avisos do aparelho sonoro e, súbitamente, vem a notícia de que a Rainha já se dirigia para a cidade. É a emoção em todo o Palácio. A ansiedade aumenta e as pessoas comprimem-se ou adiantam-se para ver melhor. O desejo de observar a Rainha de mais perto avassala o ânimo de todos. Passam quinze minutos, passa meia hora... De repente, um clamor maior, vindo do exterior, penetra no Palácio. É a Rainha que surge, acompanhada do Duque e do seu séquito. Vem à frente, com o Presidente da Associação Comercial. É acolhida com frenéticos aplausos, que sobem estrondosamente no ar. Isabel II veste com elegante simplicidade: casaco branco e chapéu azul — o menos possível chapéu. Logo atrás, o Duque de Edimburgo, figura «élancé» de príncipe, com um ar natural, con-

versando; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, Selwin Lloyd; o Embaixador inglês, pessoas da comitiva, as entidades portuguesas. Surpreendida pela espontaneidade da calorosa recepção, a Rainha sobe vagarosamente a escadaria nobre, que conduz ao Salão Árabe, e pára uns segundos, como que desejando fixar, para sempre, aquela imagem da sua chegada triunfal ao coração do Porto. No Salão Árabe, que o Marechal Joffre classificara de «féerique», — segundo eu próprio ouvi da sua boca — as palmas estrepitosas continuaram e, após as palavras de boas-vindas, a Rainha começou a soltar a sua voz, de doce timbre de cristal, numa rápida saudação e agradecimento aos portuenses. A sua figura surpreende, porque não é bem a da imagem a que nos habituaram as fotografias das revistas e jornais. É mais fina e mais breve, mais juvenil ainda, com duas coisas distintas no rosto: o sorriso e o olhar. Não se esquecem. E embora o todo da Rainha respire bondade, os seus olhos são de alguém que manda, mas com um sorriso...

Terminadas sob aplausos as suas palavras, que parecem ditas numa das mais belas línguas do mundo, Isabel e Filipe aparecem à varanda e saudam a multidão. Um delírio se apossou então daquela mó de gente, portugueses de todas as condições que não cessavam de manifestar, com meridional mas sincera exuberância, a sua gratidão ao régio par que, naquele minuto, sentia profundamente a amizade plurissecular das duas nações aliadas.

Quando a Rainha desceu, lentamente, até ao átrio dos Palácio para a saída, estrondearam no inte-

rior novas aclamações e palmas. Perto de mim, uma dama portuguesa não cessava de bradar, transportada de entusiasmo:

— Viva a Rainha da Inglaterra! Viva a Rainha da Inglaterra! Viva a Rainha Isabel!

Tão fortes e repetidos eram os vivas que a Rainha, ouvindo-os, fitou com os seus serenos e claros olhos a dama e agradeceu com a enluvada mão.

Fora do Palácio, continuou a apoteose. A alma do Porto, presente no Largo do Infante, quis prestar aos visitantes reais a mais popular, a mais vibrante homenagem que, nos últimos tempos, tem dispensado a alguém. Ninguém se podia mover, por carência de espaço. Quem o tentasse, era forçado a desistir.

Depois da visita à Feitoria Inglesa, um frémito percorreu a imensa multidão. Que era? Um grande carro, aberto, vindo de S. Domingos e começando agora a descer a rua, junto à Bolsa, conduzia a Rainha e o Duque, um e outro acenando, sorridentes e felizes, um adeus amistoso — um adeus quase familiar, um adeus sem protocolo, saído do fundo de duas almas que não puderam deixar de ser contagiadas e tocadas pela pureza sem mácula do generoso sentir do povo do norte português.

Poucas horas depois, tudo findo, e quando a Rainha voava já no imponente «Viscount» para a sua Pátria, — ainda certamente emocionada com a extraordinária recepção do Porto —, meti-me num auto e segui a rota que, desde o Infante, o par real, na despedida, trilhara até ao aeródromo... Segui pela marginal. Aqui e ali, ainda se viam as bandeiras, as

legendas, as flores que mãos portuguesas carinhosamente puseram no caminho de Isabel e Filipe. Caminharam numa esteira de glória para a sua Pátria, e, durante algum tempo, fizeram-no junto do Mar — desse Mar que foi a estrada gloriosa de duas pátrias que a Providência e a História enlaçaram para sempre...

1959.

NA CATEDRAL DE ORENSE

NA parte antiga da cidade, eleva-se a catedral — majestosa edificação dos séculos XII e XIII. É o principal atractivo artístico do velho burgo galego. Ergue-se a soberba construção românica num ambiente severo de vetustez, e é ladeada de apertadas ruelas, com as lajes puídas, desniveladas, e de arcarias tipicamente espanholas, preludiando os tempos de antanho, a Média Idade...

Começada, provavelmente, durante o reinado de Fernando II de Leão, já em 1194 fora consagrado o seu altar-mór com relíquias de S. Martinho de Tours — patrono da catedral — por D. Godinho, metropolitano de Braga. A maior parte da obra, porém, impulsionou-a e realizou-a o bispo D. Lourenço, que governou a diocese auriense na primeira metade do século XIII. As lutas dos senhores feudais, no século XV, fizeram da catedral uma das suas vítimas, pois sofreu no seu corpo as destruições e mutilações causadas pela guerra intensa e dura que ao conde de Lemos movera o conde de Benavente. Este nobre, anos depois, restaurou com liberalidade o que destruíra: o lanço e torre do Norte, e o baptistério. Como acontece com outros edifícios religiosos, tam-

bém nestas pedras estão escritas algumas páginas vivas da história de Espanha...

Era já tarde. O dia declinava suavemente, entre os esplendores de um pôr-de-sol admirável. Cerrada, àquela hora, a entrada principal, rodeio a mole granítica do templo, de robustíssima silharia, e entro pelo lado sul, através de alto pórtico românico, artisticamente trabalhado. Transposto o guarda-vento, penetro na luz espiritualizada e doce do interior e fico rapidamente dominado pelo desenvolvimento da traça e pela equilibrada sumptuosidade. As três amplas naves, a grandeza e a elegância dos arcos lançando-se com arrojo a altura impressionante, a bela rosácea ardendo, ao fundo, na chama do poente fulgurante e, lá muito no cimo, octogonal zimbório de balaústres lavrados a primor, jorrando sobre o transepto a luz do dia, — uma luz que o ambiente penumbrático transformava e imaterializava —, tudo isso me tocou logo intimamente e me dispôs a mais completo exame da velha catedral orensana.

Entretanto, aproximavam-se os passos lentos e o tilintar das pesadas chaves do sacristão, que me encaminhou para a famosa Capela quinhentista, onde se guarda em trono esplendente de luzes, sob baldaquino sustentado por anjos, o «Santíssimo Cristo de Ourense», tão venerado na cidade e em toda a Galiza pelos milagres e prodígios que lhe são atribuídos. Paredes e tecto recamam-se, quase inteiramente, de talha doirada, num barroco opulentíssimo, decorativo até à exuberância, que a viva luz artificial fazia avultar mais ainda. Duas ou três mulheres apenas, naquele momento, ali ajoelhavam, com visí-

vel devoção. Mas a devoção tornou-se súbito fervor logo que, num gesto rápido, se correu a breve cortina que tapava a imagem de Cristo crucificado. Houve um movimento de respeito, seguido de silêncio profundo. Outros movimentos, se os houve, foram somente os das almas, evocando, perante aquela triste e comovente cabeça inclinada da escultura, de cabelo e barba naturais, o drama pungentíssimo do Calvário...

A meio do transepto, iluminado pela claridade vinda do alto, que sobre ele caía como celestial carícia ou divina bênção, levanta-se um gradeamento de fortes barras de ferro, em cujo centro se admira um belo altar e tabernáculo do século XVIII, de prata, e argêntea custódia plateresca. As três peças são de grande preço artístico e material, mas parece que não justificarão a existência daquelas férreas e grossas grades, que não somente chocam pela agressividade como representam um agravo à beleza e à estética do interior do templo.

Atrás do altar-mór, depara-se com uma série de pequenas capelas e altares do século XVII, a toda a roda da abside central, com imagens de santos, ornados de flores votivas e defendidas por pequenas grades de ferro forjado. Foi uma surpresa. Mas outra, e grande, é a que se tem numa simples capela lateral, na capela da Anunciação, onde se mostra um Cristo bizantino, — do século VIII, ao que afirmam —, todo de madeira, um tanto tosco aos nossos olhos habituados a outras concepções de arte e a outra estética, mas certamente possuindo, para essas épocas recuadas, o correspondente valor artístico e

religioso. A Catedral guarda-o como preciosa jóia iconográfica. E é-o, de facto, com a sua extraordinária longevidade, — a arca do peito já carcomida, parcialmente devorada pelos ataques do tempo, a barba negra representada, ingènuamente, por uma simples pintura na face de madeira, e ainda com a particularidade de mostrar Cristo pregado na cruz com quatro cravos, em vez de três, como é vulgar e corrente: um em cada mão e outro em cada pé. É o «Cristo de los cuatro clavos», coroado, o «Cristo de los Desamparados» — raridade na imaginária religiosa cristã.

Desço vagarosamente o templo, entre sepulturas de bispos, arcos, pilares, retábulos... E, quase à saída, defronto com o espectáculo inesperado do Pórtico do Paraíso, que é uma réplica emocionante do Pórtico da Glória da catedral de Compostela. A representação humana é total, imponente e — curiosa particularidade — toda colorida de um rosa docemente esmaecido.

Três grandes arcadas o constituem, destacando o tímpano ogival da do centro os vinte e quatro anciãos do Apocalipse, coroados, segurando diversos instrumentos de música e vasos de perfumes — grandiosa e dominadora cena que, por largo tempo, me prendeu o olhar e a atenção. Na arcada lateral direita, avulta uma composição do Juízo Final — grupos de justos e réprobos atormentados, segundo a decisão do Divino Juiz. À esquerda, na parede, uma pintura do século XVII: um S. Cristóvão, de descomunal estatura, com o grossíssimo cajado e o frágil Menino Jesus sobre os ombros. Os próprios pila-

res das arcadas cobrem-se de grupos humanos: os Profetas, de um lado; do outro, os Apóstolos. Com especial relevo, porém, se representa no pilar central, quase à altura de um homem, o Apóstolo Sant'Iago, — o grande santo da Cristandade, que polariza a fé e o fervor de todos, mas principalmente da Galiza devota e católica.

Saio, finalmente. Cá fora, numa pequena praça, de vincado e típico ambiente medieval, a débil luz do dia iluminava ainda a arcaria duma velha casa senhorial e alongava-se pelas estreitas e fragosas «calles» vizinhas. E, como há setecentos anos, o Sol continuava a doirar coruchéus e ameias, telhados e platibandas da vetusta e histórica Sé Catedral de Orense, cuja torre do relógio, fina e elegante, parecia, àquela hora crepuscular, de puríssima luz espiritual, desprender-se da terra e elevar-se serenamente na doçura do ar...

1955.

MADRID DE ONTEM E MADRID DE HOJE

A cidade mal acordara ainda, quando saí do hotel para a surpreender nas suas primeiras horas de vida. Bem sei que não é a melhor ocasião para uma primeira visita, uma visita de cerimónia. Mas a curiosidade e a necessidade de não desperdiçar tempo venceram todas as razões, mesmo as que determinavam um repouso dalgumas horas no quarto do hotel.

Uma ligeira névoa cobria Madrid. O Sol mostrava-se receoso de aparecer, mas, lentamente, foi afastando a bruma, quase imaterial, que envolvia praças e ruas. Começava o movimento, as lojas abriam, rodavam táxis. Da Calle de Arenal meti à Puerta del Sol, já inundada da luz da manhã. Não a via há trinta anos, mas reconheci imediatamente a grande praça, aonde os madrilenos, como é sabido, vêm assistir, com natural rumor e entusiasmo, na última noite de Dezembro, à passagem do Ano. Os seus largos passeios vão-se enchendo de gente e sem dúvida que o movimento agora é mais intenso. As ruas que nela desaguam e as estações do metro são já caudais de transeuntes.

Não assim a Calle de Alcalá, outrora mais animada e transitada. Fora o centro citadino, hoje deslocado para a Gran-Via. Em vez dos seus antigos estabelecimentos, cafés e testúlias, vive aposentada com os seus grandes Bancos, instalados em magníficos edifícios que ostentam orgulhosamente, nas fachadas ou no alto, pesadas, enormes e doiradas letras: *Banco Hispano-Americano, Banco de Viscaya, Banco Central...* No entanto, via de acesso à Puerta del Sol, está no coração de Madrid e por ela circula, continuamente, toda a espécie de veículos automóveis. A bela artéria dá uma impressão agradável da monumentalidade da capital espanhola e oferece a sua melhor perspectiva urbana, através da harmoniosa praça de Cibeles até à Porta de Alcalá, junto ao Retiro.

Outra bonita perspectiva é a do Paseo de Recoletos, que se prolonga pela Castellana e, em sentido inverso, corta Cibeles, — com os jorros da sua fonte de mármore irisados pela luz da manhã primaveril —, e desce suavemente pelo Prado, onde outra fonte, a de Neptuno, é uma maravilha de arte e de bom gosto. A magnificência de dois edifícios enobrece a perspectiva: o Banco de Espanha e o Palácio das Comunicações, hoje superado pela Telefónica em número de andares e proporções de arranha-céus, mas não em gosto e brilho architectónico.

Sobe-se com prazer Recoletos e a Castellana, que têm seu ar de bullevares parisienses e onde, há tantos anos, vi passear as mais lindas mulheres de Espanha. Surpreendi nas duas avenidas, ainda elegantes, um pouco de fadiga e de velhice, porque as ruas e

as praças duma cidade estão também sujeitas, como os seres humanos, às contingências do tempo e da idade. Logo isso se esquece diante da modernidade do grandioso Estádio de Chamartín, onde o desporto, em competição com o toureio, disputa primazias na alma espanhola.

Atravessei de táxi um bairro novo de Madrid — o bairro de Salamanca, sossegado e calmo, de prédios uniformes e tintas frescas, onde vive, por certo, uma burguesia remediada. Disse ao motorista que me levasse à Praça de Touros — aquela praça em que, há três décadas, os madrilenos faziam a sua cátar-se, aplaudindo e gritando, comovendo-se e delirando com as «faenas» e os «passes» de Ortega, de Chicuelo e dos irmãos Lalandas, — os grandes nomes do toureio espanhol de então. A praça de touros, que o condutor me pôs na frente, não era, porém, aquela que eu conhecera e onde assisti, horrorizado a princípio e já batendo palmas por fim, à minha primeira tourada em Espanha. Essa desaparecera e dera lugar à que tinha diante de mim, e fora inaugurada em 1929. Era agora ali que a «afición» espanhola tinha o seu templo; fora ali que o «divino» Manolete enlouquecera de entusiasmo as multidões com a sua arte e o seu arrojo; era ali que continuavam as tradições tauromáquicas da Península, os «espadas» de hoje: Manolo, Dominguín, Bienvenida, Ordoñez e Aparício...

No fundo das minhas recordações encontrei algumas referentes ao Parque do Retiro, — ao *Buen Retiro* —, aonde o táxi me levou, penetrando vagarosamente nas suas avenidas verdes e claras, depois

de transpor o largo portão gradeado da entrada. Já pouco me lembrava do formoso sítio, — misto de parque e jardim, de floresta e bosque —, povoado de plátanos e castanheiros, de magnólias, loureiros e cedros, e engalanado já, com o tenro dos seus verdes e a frescura das suas flores, para a grande sinfonia da primavera surgente.

Desci do táxi para melhor me encantar com as doçuras do tempo e do lugar, para me enbrenhar por áleas e caminhos rendilhados de luz e deliciar-me com a sombra e a cor que mãos de artista espalharam por ali, em profusão. A dois monarcas do século XVIII, Filipe V e Carlos III, se deve esta formosura, sobretudo o aspecto e estilo definitivos do Retiro, que, no seu conjunto, com os seus arruamentos, tapetes de relva, lagos, estátuas e fontes, faz lembrar o Luxemburgo da capital francesa.

Parei junto de um grande lago, onde gente nova se divertia vogando em pequenos barcos. Ao meu lado direito, avultava uma decoração monumental, sobrepujada pela enorme estátua equestre de Afonso XII, que me pareceu destoar naquele ambiente florido de bucolismo e amena simplicidade do belo Parque .

Afastei-me lentamente, não sem pena de deixar aquele retiro — em pleno centro da cidade — das almas feridas; repouso grato para a fadiga dos corpos e acolhedor abrigo para o amor e a poesia dos corações madrilenos, sonhadores e ardentes como o céu da sua terra.

Despues de Madrid, el Cielo... Talvez a bonita frase tivesse sido dita aqui por algum poeta enamo-

rado, ou — quem sabe? — por aquele periodista, apaixonado madrilenho, simpaticamente estatuado num verdejante recanto, logo à entrada do Parque edénico, do *Buen Retiro*...



Depois do almoço, e sob um sol já promissor de prolongada tepidez primaveril, decidi-me a visitar a parte ocidental da cidade, onde se encontra um velho Madrid e um Madrid novíssimo.

Contornada a Puerta del Sol e calcorriada a Calle Mayor, — palco efémero duma tentativa de regicídio, — comecei a percorrer velhas ruas que me levaram a uma vasta praça, quase quadrada, toda de sólida arcaria de granito. Era a Plaza Mayor. Como todas as cidades de Espanha, Madrid não podia deixar de ter a sua Praça Maior, e ela ali estava, banhada de sol, com seus arcos e entradas para carros e peões, com as inúmeras lojas do seu pequeno comércio e, ao centro, uma estátua equestre — a de Filipe III. Foi o centro madrilenho do século XVII e seguintes. A dois passos, portanto, da moderna e trepidante Puerta del Sol, tínhamos o Madrid dos últimos séculos, e aquela pesada quadra de pedra, quase fechada e um tanto enegrecida, foi teatro e testemunha dos maiores dramas humanos do sentimento e da paixão.

Deambulei, curioso e fariscando o passado, por outras ruas e ruelas do tranquilo bairro, mas, dentro de pouco, já me encontrava subindo as «calles» que conduziam à moderníssima Gran-Via, — a palpitação mais alta do coração de Madrid. Pelas «calles» de

Preciados, del Carmen e de José António, descia e subia um mar de gente, sulcado de filas intermináveis e barulhentas de automóveis. Ali reside o grande comércio, naqueles imponentes prédios — continuação da antiga monumentalidade de Madrid —, naquelas montras largas e atraentíssimas, naquelas lojas onde se vê tudo o que é belo e tudo o que é bom, numa alta competição da superioridade do artefacto ou da excelência do produto. Descer a Gran-Via, cheia de grandes casas de comércio, de hotéis de peristilos sumptuosos, de bares elegantes, é um prazer — prazer para os sentidos e, sobretudo, para os olhos que não se cansam de ver, observar, esquadriñar aquele requintado e variadíssimo mostruário da mercancia espanhola.

Abaixo da Gran-Via, fica a Praça de Espanha e, nela, o mais americano prédio de Madrid, subindo no céu com a uniformidade dos seus vinte e tal andares. A sua situação, isto é, a sua localização no desfogo da praça, não o torna muito chocante. Mas, para compensar os olhos da sua fatigante verticalidade, fui-os depor na horizontalidade suavizante do Palácio do Oriente, já meu conhecido, e erguendo-se, perto dali, com a sua fachada riscada de colunas elegantes, com a sua simetria e lindos jardins — um Versalhes em ponto pequeno.

Deixei para outro dia a visita ao Palácio e ao seu museu da Armeria, e, tomando um táxi, rodei em direcção ao Paseo de Rosales — longa e clara avenida donde se goza um panorama surpreendente sobre o curso do Manzanares, o maciço verdejante do Parque de Oeste e, ao longe, como pano de fundo,

o Guadarrama, com os píncaros teatralmente pintados ainda de branco. Parei em Rosales, junto dum bar, para me embevecer com a vista magnífica, ao brando calor de um sol de Abril, e procurar, no fundo das minhas reminiscências, livros e escritores que me falaram, na mocidade, daquela artéria madrilenha e cujas cenas descritas não deviam ser muito diferentes das que eu presenciava agora: crianças que buscavam o riso e pares que buscavam o amor.

O táxi rolou de novo e, deixando à esquerda o extenso e moderno Parque de Oeste, — outro dos passeios favoritos dos madrilenos, — levou-me, por boa estrada, até à Cidade Universitária, a alguns quilómetros do centro da capital. Eu tinha conhecido, há trinta anos, uma Residência para estudantes, que já era apontada como coisa notável e digna de imitar-se. Mas isto é diferente. Esta é a grande obra escolar de Espanha, a sua extraordinária obra pedagógica, porque não se compreende que nestes sumptuosos e harmoniosos edifícios, onde se albergam todas as faculdades, institutos, laboratórios, bibliotecas, serviços gerais e administrativos, não viva um grande espírito novo animando, preparando, instruindo e formando uma nova geração, um novo homem. Tinha ouvido falar na Cidade Universitária de Madrid. Não a supunha tão completa nem tão bela. Há, aqui, mais uma vez manifestado, o amor do espanhol pelo grandioso? Talvez. Mas abençoado amor que leva, com tudo o que possui de excessivo, a estas realizações — à construção de cidades para a alta e nobre vida do Espírito.

1952.

PORTUGAL E A FRANÇA

SEMPRE, pode quase dizer-se, Portugal e a França viveram ligados por fraternos laços de amizade e apreço. Desde que no horizonte político da nossa terra aparece a figura viril do fundador da nacionalidade portuguesa, portador de sangue real francês nas suas veias, até aos tempos que decorrem, são inúmeros os casos e os exemplos dessa mútua estima plurissecular dos dois povos. Já o pai do fundador, o conde D. Henrique de Borgonha, trouxera para Guimarães uma colónia francesa, que estabeleceu em bairro próprio. Além dos casamentos de reis nossos com princesas de nobres casas de França, recorde-se que muito do povoamento do nosso País foi feito com cruzados franceses, que ajudaram D. Afonso Henriques nas suas conquistas, e colonos flamengos ou vindos de além-Pirenéus, que fundaram, ao tempo de D. Sancho I, as chamadas «vilas francas». No corpo da Nação corre, por isso, sangue gaulês, e esse facto explicará esta espécie de apelo profundo que nos chama ou nos atrai para o coração da grande Pátria de Joana d'Arc. Foi ajuda e conveniência política, mas quem sabe se não seria também afecto, aquilo que nos fez Richelieu, para levarmos a cabo

a revolução que nos libertou, em 1640, da tutela de Espanha. E, na confraternidade de armas da Guerra de 1914-18, caldearam-se ainda mais intensamente os elementos afectivos que já nos prendiam, através de uma longa vida histórica, à nobre nação francesa.

Se dos contactos políticos, ou de natureza mais ou menos semelhante, passarmos aos de natureza intelectual, religiosa e artística, os exemplos não terão fim. Mestres portugueses ensinaram em França, e, por sua vez, mestres franceses ensinaram em Portugal. Já Pedro Hispano, que chegou a ser eleito Arcebispo de Braga e depois foi o Papa João XXI, exercera na Idade Média influência docente em França e em todas as escolas da Europa com as suas *Summulas logicales*. Autorizadíssimo crítico, acentuando as íntimas e constantes relações monásticas entre os dois países, nos primórdios da nacionalidade, chega a afirmar: «Portugal é uma das Catedrais românicas levantadas por Cluny e Cister». O culto sacerdote Ayméric d'Ebrard veio da Aquitânia, como se sabe, para instruir o nosso Rei-Poeta D. Dinis, — aquele que também trovou à maneira provençal. No século XVI, escultores franceses vêm trabalhar em Portugal: Boytac, Nicolau Chanterène e João de Ruão. Boytac iniciou mesmo obras de estilo manuelino e marcou a sua passagem por três monumentos típicos da nossa arquitectura: Santa Cruz de Coimbra, Batalha e Jerónimos. No mesmo século, André de Gouveia dirigiu brilhantemente, em Bordéus, o célebre Collégio de Guiena, do qual chegou a ser aluno Montaigne. O irmão, António Gouveia, ensi-

nou em Bordéus, Tolosa, Avinhão, Lião e Paris, onde alcançou os maiores triunfos académicos. Outro irmão, Diogo de Gouveia, foi, segundo se afirma, Reitor da Universidade de Paris, teólogo eminente e director do Collégio de Santa Bárbara, que recebia bolseiros portugueses, mandados por D. João III. Guilherme Guerente e Nicolau Grouchy, famosos eruditos franceses, vieram ensinar no Colégio das Artes, em Coimbra, por 1548. E o nosso Francisco Sanches, homem doutíssimo em filosofia e em medicina, ensinou largamente, e com reputação mundial, nas Universidades de Montpellier e Tolosa.

A partir do século XVIII, principalmente, Portugal gira na órbita intelectual da França: é, primeiro, o Arcadismo com a imitação dos modelos de Corneille, Racine e Boileau; vêm, depois, a Escola Romântica e a Realista, com a influência e o prestígio dos seus próceres; é, em seguida, o Simbolismo; são, hoje em dia, os diversos movimentos literários e artísticos que, tendo cada um sua designação própria, costumam, no entanto, rotular-se com o nome geral de «Modernismo».

Alfinidades indesmentíveis de raça, de espírito, de religião e de língua podem ajudar a explicar o caso surpreendente desta nossa simpatia espontânea, viva, pelo povo francês e, sobretudo, pela sua arte, pelas suas ideias, pela sua literatura. Os grandes valores morais, artísticos, literários e científicos da França, que marcam a altura do seu génio, merecem-nos, além de verdadeira admiração, um carinho especial, como se eles fossem também expressão da nossa consciência ou do nosso meio social, voz da nossa alma

e do nosso sangue. Como latinos que somos, reconhecemo-nos e admiramo-nos no génio satírico de Rabelais, na graça espirituosa de Molière, no doce lirismo de Racine, na amplidão do pensamento místico de Pascal, na eloquência religiosa de Bossuet, no riso sarcástico de Voltaire, na harmoniosíssima frase de Chateaubriand, no verbo sonoro, grandioso e profético de Vitor Hugo... E, depois destes, trazem-nos ainda a sua mensagem de beleza e de espiritualidade, que compreendemos e sentimos: Verlaine, com a música dos seus versos e dos seus símbolos; Rimbaud, com a sua imaginação fulgurante e os seus sonhos de inovador da prosódia poética; Mallarmé, rebuscador do mistério e do inacessível, esforçando-se por atingir a ideia pura nas asas das imagens deslumbrantes; Anatole, com o seu espírito irónico e a sua elegância verbal; Loti, com o exotismo acentuado das suas páginas, brilhantes como telas admiráveis do mais puro e rico impressionismo, que nos fazem evocar com delícia o génio pictural e estético de Monet, Renoir, Degas...

Nação de vanguarda nas ideias e na rebusca de novas formas de arte e de novas conquistas científicas, é para a França que o nosso espírito se volta, ansioso de novidade e beleza. E a França, generosamente, oferece-nos a sua cultura e a sua ciência. É ela que, ainda hoje, nos mitiga a sede de infinito e nos faz vibrar de emoção ou de curiosidade intelectual com a poesia filosófica de Paulo Valéry, a religiosidade de Claudel ou de Mauriac, o dadaísmo de Apollinaire, a prosa viva e ardente de Péguy, o super-realismo de Breton, Aragon e Eluard, o exis-

tencialismo de Sartre e o de Gabriel Marcel, o unanimismo de Júlio Romain, as biografias críticas de Maurois, a espontaneidade lírica de Gerdy, a penetração psicológica de Proust e de Gide, as contribuições científicas de Luís de Broglie, dos Curie, de Carrel, de João Rostand... Esta é a grande França, a França de sempre, a verdadeira França, aquela cuja fisionomia jamais nos cansamos de contemplar e de sinceramente admirar.

1957.

NOS GRANDES BULEVARES DE PARIS

HOUVE um tempo em que foi grande moda em Paris *faire le tour des boulevards*. «Dar uma volta pelos bulevares» equivalia a um passeio pelas grandes artérias da «rive droite», desde a Madalena até à Praça da República, portanto um passeio de quilómetros através dos bulevares da Madeleine, des Capucines, des Italiens, Montmartre, Poissonière, Bonne-Nouvelle, Saint-Denis e Saint-Martin. Era o tempo dos fiacres, das vitórias, dos ónibus (havia uma estação na Madalena), dos velocípedes, das ricas equipagens, que, segundo o testemunho de contemporâneos, atulhavam já estas vias de trânsito, largas e extensas, abertas no centro de Paris pelo senso urbanístico do barão Haussmann. A moda passou. Mas as grandiosas artérias, de prédios iguais, com cinco andares, oferecendo um aspecto de agradável uniformidade, continuam atulhadas, — e ainda muito mais —, de automóveis, autobuses, camiões, ciclistas, motociclistas e peões, que se deslocam indefinidamente, em quantidade extraordinária. O serviço do trânsito está, porém, inteligentemente regularizado e tudo decorre como se o excesso não fosse senão a normalidade. O movimento, à tarde, é então

intensíssimo. Absorve de tal maneira a atenção do visitante que quase não repara na grandeza e excelência dos edifícios e quase não pode notar senão a agitação febril dos transeuntes e a corrida dos inúmeros veículos. Depois, há as incontáveis montras atraentes, os vastos estabelecimentos de modas e novidades, os cafés, que se sucedem, constantemente, com os toldos e cadeiras nos «trottoirs» larguíssimos, os amplos átrios de cinemas e teatros, as pequenas quitandas dos vendedores ambulantes, os quiosques inteiramente recobertos de jornais, «magazines» e revistas.

A cada passo, nas vitrinas reluzentes e aparatosas, salta aos olhos o «slogan» de Paris: *Défense du franc... Défense du franc...* Em grossas letras negras, impressas sobre cartazes circulares, os governantes franceses tentam criar o ambiente psicológico, propício à defesa da moeda.

Realmente, apetece sentar-se a gente nestas claras e cómodas cadeiras de verga do Café de la Paix, colocadas no terraço da esquina da Praça da Ópera, em várias filas paralelas, e ver passar *la foule*. Estão todas ocupadas, mas a saída providencial de uns clientes proporciona-me lugar. Percebe-se logo que se trata de clientela distinta. Dentro do Café, quase ninguém. A frequência veio toda para a rua, para o passeio, a tomar ar... e as mais variadas bebidas. Peço café. E este, depois de um criado ter posto as xícaras sobre a mesa, é deitado por um homem magro, de cor terrosa, empunhando rebrilhante cafeteira de metal e vestindo de maneira exótica: largas pantalonas plissadas e blusa bordada, à russa. Logo

o criado põe sobre a mesa o «ticket» com o preço da despesa e o consabido agradecimento. Cem francos por café, «sans le service», não é barato, mas vale bem a pena o gasto para se ter o prazer de tomar qualquer coisa num Café (que foi dos mais célebres de Paris, frequentado por pessoas da alta roda e onde chegou a sentar-se, muitas vezes, o mais parisiense dos nossos escritores — Eça de Queirós.

Além disso, é um pretexto para repousar-se da fatigante caminhada pelos Grandes Bulevares, cujo barulho atroador, trovejante, dos motores de todos os veículos em movimento, causa não só uma profunda sensação de força e de vida extra-normal, como também uma depressão física que necessita de ser vencida com alguma bebida estimulante e um pouco de descanso. E exactamente, aqui, na Ópera, e, um pouco mais abaixo, na Madalena, há os pontos de maior ruído e de maior tráfico da imensa urbe.

A multidão desliza ininterruptamente e verifica-se logo que é menos heteróclita que a da «rive gauche», pois não aparece frequentemente o mosaico de cores e de raças que distingue ruas e bairros da margem esquerda do Sena. Passam mulheres distintas e elegantes, de mistura com homens de apresentação vulgar, raparigas vestidas pelo modelo do *Quartier Latin*, de calças compridas e casacos masculinos, ou tipos finos de mulher, com esta novidade sensacional: a cor do cabelo passou a ser azul ou lilás, numa luta pela estética contra os ultrajes do tempo...

Tudo isso se vê, com curiosidade e com delícia, enquanto se vai, de igual passo, recordando que neste

mesmo Café se reuniram, às vezes, para conversar ou para jantar, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Carlos Valbom e outros portugueses e brasileiros que vinham de visita à grande Capital ou nela residiam.

Recorda-se, igualmente, que foi nas caves do «Grand Café», no bulevar des Capucines, que se fez a primeira exibição de cinema e, portanto, foi ali que a Sétima Arte teve a sua infância deslumbrante e ensaiou os primeiros passos para o seu grande voo e domínio universal.

Estão cheios de história e de literatura estes bulevares. Não falando já deles como centros da alta elegância e da alta costura, — que parece terem alguns dos seus templos na Rua de la Paix e na Avenida da Ópera —, como não lembrar que ali adiante, no bulevar des Italiens, existiu o célebre Café Tortoni, ao qual já se referia o nosso Almeida Garrett nas «Viagens na minha Terra»? E quem não sabe que foi também no n.º 13 do bulevar da Madalena que viveu o seu romance de dor e amor Maria Duplessis, a flor romântica do sentimento, que Alexandre Dumas imortalizou com o nome de «Dama das Camélias»? E como não evocar que, mais longe, perto do bulevar Poissonière, teve Baudelaire o seu quarto, onde fez brotar, com requintes supremos de artista, outras flores da beleza e do vício — as «Flores do Mal»?

São também em elevado número os teatros — uma vivíssima paixão dos parisienses — que funcionam nesta parte da Cidade: o *Ambigu*, o da *Porte Saint-Martin*, o *Renaissance*, o *Antoine*, o *Gymnase*, o *Nouveautés*, o *Variétés*, a *Opéra Comique*, a *Opéra*,

o *Capucines*, o *Athénée*, o *Édouard VII*, o *Madeleine*... Todos ligados à vida de Paris, e quantos já notáveis por acontecimentos que entraram na história literária e artística da França!

Este admirável arco de bulevares, que nasceu com Napoleão III e da decisão do seu prefeito Haussmann, há já um século, palpita de vida parisiense e é todo ele um colar artístico no peito de Paris. Ao centro da Praça da República, ergue-se a estátua à memória da República — monumento harmonioso numa praça de regular equilíbrio. Depois, integrados na arquitectura urbana, haussmännica, a *Porte Saint-Martin* e a *Porte Saint-Denis*, — dois arcos triunfais levantados à glória de Luís XIV, para recordarem as suas vitórias nas guerras da Holanda e da Espanha, com esculturas de Girardon e Augier. A cesárea magnificência do Rei-Sol exigiu os símbolos da grandeza romana para se perpetuar, e eis por que a Porta de S. Dinis muito se assemelha ao imponente arco de Tito, em Roma.

O colar precioso encurva ao fim do bulevar Montmartre para se enriquecer, no bulevar des Capucines, com a sumptuosa jóia do teatro da Ópera, que Garnier lapidou com um sentido extraordinário do conjunto e, ao mesmo tempo, do detalhe. Com a sua cúpula, com as suas colunas, com os seus grupos escultóricos, entre os quais o famoso grupo da Dança, de Carpeaux, é um dos mais belos monumentos da arquitectura sumptuária de Paris.

Depois da sua fachada tão faustosa e decorativa, é grato aos olhos repousarem na colunata harmoniosíssima do templo da Madalena, que Napoleão I

quis consagrar à glória do Grande Exército, dando-lhe o aspecto de templo romano ou grego. Com efeito, embora nele se celebre o culto cristão, o seu architecto, Vignon, com o amor francês pela coluna da arte clássica, imitou amplamente a «Maison Carrée» de Nîmes.

O fecho do colar não está, porém, aqui. Ele termina propriamente um pouco mais além, depois da Rua Royale, na grande Praça da Concórdia, — uma praça bem francesa, ladeada de palácios, entre os jardins das Tulherias e dos Campos Elísios, com fontes e estátuas e, como nas antigas jóias, ostentando uma pedra rara, dentre as muitas que lhe dão brilho e valor — o obelisco de Lúksor, presença hierática do Oriente na capital do Mundo Ocidental...

1952.



A COLINA DE MONTMARTRE

NA manhã sossegada e luminosa, deixadas as sombras da estação do *métro*, surpreendo-me a subir breves ruas apertadas, feitas de silêncio e de calma, à volta do topo da colina de Montmartre, onde campeia a majestosa brancura das cúpulas do *Sacré-Coeur*. Quase me sinto fora de Paris, — do ruidoso e ofegante Paris —, de tal modo a tranquilidade reina nas coisas, nas pessoas, no próprio ar que me cerca e, voluptuosamente, se oferece aos meus sentidos. Tudo tem um aspecto pacato, nesta Segunda-feira pascal, cuja serenidade tão bem se harmoniza com os doces tons, verdes e brancos, dos ambientes das telas de Utrillo, o pintor enamorado das delicadas perspectivas do famoso bairro parisiense.

Subo ruelas, subo escadas, quase desprovidas de gente, e eis-me, dentro de pouco, junto da grande basílica, conhecida de todo o mundo, com a sua arquitectura bizarra, que pouco me encanta. Lá está, é certo, mais uma vez revelada, a paixão dos franceses pela simetria — o monumento é um todo simétrico —, mas o seu aspecto de mesquita oriental e as suas cúpulas de recorte bizantino não falam à alma do europeu meridional como falam outros monumentos religiosos da grande metrópole do Sena. Ao

menos, a pedra é branca, não tem ainda os sinais da pátina dos séculos, e é sob uma sinfonia de branco e de clara luz que entro no enorme templo...

Saio do seu interior com uma impressão intraduzível da elevação do ambiente — o mesmo ambiente de religiosidade profunda e de magnificência que se encontra noutras penumbras místicas de Paris: na Madalena, em S. Sulpício, em Notre Dame.

Cá fora, sob as reverberações de um sol já forte e um céu que não é francamente azul, encontro uma cidade em repouso, adormecida — não «uma vasta e grossa camada de calça e telha», como ela se representou, no dizer de Eça de Queirós, ao espírito crítico de José Fernandes Lorena, naquela tarde em que, acompanhado do «príncipe» Jacinto, subiu à basílica, ainda em obras, para lançar sobre a urbe gigantesca e monstruosa o seu terrível anátema, depois de aduzir, com um misto de indignação e ironia, razões de ordem moral, sociológica e religiosa, que foram abalando, sèriamente, os alicerces filosóficos e a estrutura ética do seu já cansado e hipercivilizado amigo... Aqui, neste terraço do *Sacré-Coeur*, teve início uma campanha a favor de Portugal e em prol da Serra Portuguesa — campanha simbólica, que significava, no fundo, a desilusão amarga do homem moderno e a busca da Natureza e da Terra como fontes copiosas, inexauríveis, de saúde, alegria, paz e amor...

Desta altura, esquece-se a telha e a calça da cidade e goza-se um dos maiores panoramas de Paris, desde estas pequenas ruas onde pululam os artistas e aonde se têm acolhido génios da pintura e da escultura, até aos longes que o horizonte de cinza não

deixa distinguir, através duma infinita área de pedra, da qual se elevam, aqui e além, torres e cúpulas, flechas e agulhas, de monumentos e edifícios que os olhos e a memória vão identificando, surpreendentemente. Do oceano do casario imenso, emerge logo, como índice de uma civilização e de uma época, o esqueleto, na aparência frágil, da torre Eiffel...

Recolhe-se o olhar das distâncias indefinidas, depois de circunvagarem demoradamente pelo mar de telhados, mais ou menos iguais, e poisa outra vez na eminência montmartrense, na chamada Butte-Montmartre, enquadrada pelos bulevares de Clichy, Rochechouart e Barbès, e onde outras vias, de nomes sabendo a antigo, criam cenários e recantos do mais sedutor pitoresco: as ruas Saint-Rustique, des Saulles, des Trois-Frères, du Mont-Cenis, Saint-Vincent, o *square* Saint-Pierre e a praça du Tertre, reproduzida, com os seus restaurantes, *bistros* e *polícromos* guarda-sóis, nas telas e revistas de todo o mundo.

Lugar calmo, de dia, e ruidoso, à noite, é aqui que vem viver a boémia brilhante de Paris, nestes cabarés e *boîtes* nocturnas, de que sobressaem, gritantemente, os velhos nomes do *Moulin Rouge* e *Moulin de la Galette* e outros, mais modernos, em que a abundância do champanhe corre parelhas com a variedade das atracções. Entre eles, o *Lapin Agile* e o extinto *Chat Noir* já entraram na história literária da França. Charles Cros — aquele a quem Verlaine chegou a considerar como seu mestre na arte do verso — tornou-se célebre, nos fins do século, pelos monólogos que recitava no último dos cabarés citados, onde com a sua declamação ganhava a sua

vida. Quem não conhece dele a originalíssima poesia «Hareng saur», que ainda hoje corre mundo?

No *Lapin Agile*, tomava assento um grupo de poetas e escritores conhecidos pelo nome de *fantasistas*, que encheram o primeiro quartel do século XX e lançaram do alto de Montmartre, à França e ao Mundo, a voz da excentricidade, da graça ou da ironia. Max Jacob, que residiu aqui, na rua Ravignan, com Apollinaire e Picasso, entrelaçou os seus versos hábeis e os seus poemas em prosa, no desejo de alcançar uma música nova e estranha. André Salmon pôs Montmartre na sua poesia — a luz e a sombra de Montmartre, em versos cheios de graciosidade e frescura inebriante. Pierre Mac Orlan, poeta estranho e humorista, cantou a perturbação da época, as ideias sociais, em largos frescos fantásticos, e os fortes perfumes da sensualidade. Outro poeta e cantor de Montmartre é Francis Carco, também romancista e crítico de arte. «Scènes de la vie de Montmartre» e «De Montmartre au Quartier Latin» são curiosos depoimentos, juntamente com os de Roland Dorgelès, sobre a vida intelectual e a boémia do bairro onde habitou por largo tempo. Poder-se-ia dar uma síntese da poesia de Carco nestas breves palavras: temas delicados, um tanto excêntricos, em ritmos simples. Nos seus versos, de oito e sete sílabas, há uma simplicidade que toca no familiar, sem descer ao trivial. Este poeta fantasista, nascido na Nova Caledónia, fez da *Butte* e, enfim, de Paris, a paixão da sua vida. Eis por que foi proclamado o «Poeta de Paris», ele que justamente se considera «l'enchanté de Paris».

E quantos mais? Como esses, outros se refugiaram nesta colina parisiense com o seu sonho e a sua arte: os pintores do grande e ainda perdurável movimento estético do Impressionismo: Monet, Bazille, Sisley, Renoir, Toulouse-Lautrec. O mesmo asilo buscaram, depois, os modernistas da Escola de Paris: Picasso, Vlaminck, Braque, Van Dongen, Dufy, Utrillo... Perto, estão ainda outros — artistas, poetas, escritores — mas dormindo o eterno sono, no cemitério de Montmartre, um sono que não será muito repousado, se atentarmos no trânsito de veículos que abala, permanentemente, as ruas que lhe ficam próximas, assim como as campas e os jazigos que o povoam com a brancura triste da sua pedra.

Colina sagrada pelo Ideal e pela Arte, cheia de contrastes e de individualidade, parece estar sempre lançando à cidade, que rasteja na planície, um repto altivo de independência e de liberdade de espírito...

1957.

UMA TARDE, NO BAIRRO LATINO

A «rive gauche» é lugar propício para as peregrinações de Arte e de História. Dum lado e do outro do boulevard Saint-Michel, são muitas e tentadoras as preciosidades artísticas e architectónicas. À direita, fulguram, em linha contínua, desde as vizinhanças do Sena, o palácio do Instituto, a Escola das Belas-Artes, a velhíssima igreja de Saint-Germain-des-Prés, a igreja de S. Sulpício, o palácio e o museu do Luxemburgo. Mas, neste dia, deixo-me seduzir, preferentemente, pelas jóias que se situam à esquerda do boulevard, que liga a Cité a Montparnasse como um dos eixos centrais da vastíssima metrópole.

E, assim, por um dédalo de ruas que se cruzam e entrecruzam dentro dum semi-círculo formado pelo boulevard, que serve de diâmetro, pelos cais Saint-Michel e Montebello, pela rua Monge e pelo boulevard do Port-Royal, levantam-se e vêem-se com prazer, subindo suavemente a colina de Santa Genoveva, a igreja de Saint-Julien-le-Pauvre, a igreja gótica de Saint-Séverin, o museu de Cluny, — com os terrenos do claustro presentemente revolvidos por escavações —, a Sorbonne, o templo de Saint-Étienne-du-Mont, o Panteão e, mais longe, a igreja e hospital do Val-de-Grâce.

Estou em pleno Bairro Latino. E, para não serem apenas os edifícios e os monumentos a recordá-lo, aqui estão também a lembrar-me a rua Soufflot, a rua Saint-Jacques e esta rua des Écoles, onde residiu, devorado de febre e de saudades da Pátria, o nosso António Nobre, estudante de Direito e já mestre de Poesia, de grandes olhos negros nostálgicos, magro como um choupo e não podendo suportar a vizinhança do Panteão, porque Voltaire, lá sepultado, — dizia ele —, toda a noite ressonava e não o deixava dormir...

Percorro, com lentos vagares, este local de Paris — um dos mais encantadores e atraentes, hoje excessivamente tranquilo, porque os parisienses consideram a Segunda-feira de Páscoa dia de festa e, respeitando a tradição, a religiosidade do dia, não trabalham e ficam em casa. Por isso, é quase nulo o movimento nas ruas, nesta tarde que me ficará na memória como uma longa tela pintada a negro e oiro, de tal modo abunda a cor preta dos edifícios e os raios fulvos do Sol se entretêm a cobrir fachadas de prédios e trechos de ruas com o manto doirado de luz que trazem do céu...

Noutros dias, o fervilhar de gente é intenso e constante, porque este é o bairro das escolas, frequentadíssimo por jovens de todos os pontos do globo, que a este santuário do Espírito vêm buscar ilustração e ensino, como outrora, noutras épocas e civilizações, se buscavam nas escolas prestigiosas de Atenas, Pérgamo e Alexandria. Cidadela do Espírito dentro da cidade imensa, é também, pelos seus sábios, pelos seus homens de letras, pelos seus artis-

tas, a metrópole universal do Espírito. Aqui vive, estuda, sente e produz o Paris intelectual. Desde as Faculdades de Ciências e Letras, instaladas na Sorbonne, a Faculdade de Direito, a Biblioteca de Santa Genoveva, o Colégio de França, os Institutos de investigação científica, os Museus, até aos liceus de Henrique IV, Luís-o-Grande e S. Luís — é todo um mundo que trabalha, investiga e pensa, outro que se forma e alarga os horizontes da sua cultura pela lição de sábios e professores superiores, e outro ainda, efervescente e borbulhante, que se agita por *ateliers* e cafés, num choque, saudável e útil, de ideias, sonhos e aspirações... Aqui se fazem e desfazem escolas literárias e artísticas, aqui se criam novas teorias científicas, aqui brotam essas correntes do pensamento que se espraíam pelo mundo fora e são como novos surtos e novos rumos na vida espiritual da Humanidade.

Quantas dessas escolas e ideologias não surgiram em cafés deste Bairro, que se tornaram famosos não só pela vida intelectual que os animou como pelas figuras de destacado relevo que os frequentaram: *La Closerie des Lilas*, onde aparecia sempre Verlaine, a pontificar e a beber absinto, embrulhado no seu «macfarlane», no seu «cache-nez», vagabundo genial destas ruas e dos «bistros» que as povoam; o *Vachette*, no ângulo do boulevard Saint-Michel com a rua des Écoles, onde todos os dias vinha sentar-se, com o seu monóculo cintilante, a sua «verve», o seu charuto e os seus versos, Jean Moréas e, com ele, ex-simbolista, os poetas da sua nova escola — a neo-clássica; a *Taverne du Panthéon*, onde se reuniam

os jovens literatos dos princípios do século; o *Soufflot*, que pertencia à fantasia e à ironia de Raoul Ponchon e de seus adeptos; o *Source*, o *d'Harcourt* e outros que já desapareceram, como aqueles, mas ficaram na tradição literária de Paris.

Passa depressa o tempo. E embora pululem por esta parte do Bairro Latino os cafés e os «bistros», onde vejo juntar-se, dentro ou cá fora nos terraços, multidão heterogênea de rapazes e raparigas, — estudantes e artistas seguramente, — é para a banda ocidental dele, para os lados de Saint-Germain-des-Prés, que a tradição dos cafés, interrompida pela última guerra, se reatou. Aí, nas suas caves, cervejarias e bares, dá o tom da actualidade uma juventude intelectual que tomou por guias Sartre e Simone de Beauvoir e discute os mestres ou os precursores do existencialismo. Veste-se de modo extravagante, fala de Kirkegaard e de Heidegger, bebe ou dança, sem entusiasmo ou mesmo com desespero, nos terraços e nas caves existencialistas do *Café de Flore*, dos *Deux Magots*, — onde ainda se senta André Breton, um dos chefes do super-realismo —, do *Lipp*, do *Tabou*, do *Rose Rouge*, do *Club de Saint-Germain-des-Prés*...

Paira, pairou sempre, neste Bairro, um espírito de boémia e de irreverência, ora envolto no irrequie-tismo de um Villon, ora na capa romântica de um Murger. Mas a par, ou concomitantemente com esse espírito, têm vivido o estudo e a reflexão, a investigação paciente e o ensino de muitos sábios, à sombra augusta da Sorbonne e do Panteão: letrados, historiadores, físicos, biólogos, cujos nomes ilustram ruas e praças do bairro mais intelectual de Pa-

ris: rua Buffon, praça Jussieu, rua Pascal, rua Berthelot, rua Gay-Lussac, rua Augusto Comte, rua Pasteur, rua Claude Bernard... Já o notara o poeta:

*Chaque rue a le nom d'un docteur, d'un lettré,
/ d'un grand historien ou d'un viel humaniste, /
d'un savant physicien ou d'un naturaliste...*



Desde o pequeno edifício românico-gótico de Saint-Julien-le-Pauvre, que foi na Idade Média sede das assembleias gerais da Universidade, até ao Val-de-Grâce e ao Panteão, que já se avizinham dos tempos modernos, é uma caminhada emocionante através da História e da Arte, — uma caminhada que parte do século XII, com a simplicidade do românico, até à riqueza magnificente do XVIII, com as linhas hieráticas e solenes do estilo neo-grego.

Três cúpulas dão gravidade e prestígio ao *Quartier*: a da igreja do Val-de-Grâce, fundada por Ana de Áustria e construída por Mansart e Lemercier; a da igreja da Sorbonne, que guarda o túmulo de Richelieu, seu fundador, e a do Panteão, que sobe arrojadamente no ar e domina toda esta parte da cidade com os seus oitenta metros de altura. O gosto da cúpula foi trazido de Roma, no século XVII, para substituir os campanários, e não se pode negar que ela dá ao edifício ou ao templo certa imponência grave, que já os franceses classificaram de «redondance décorative».

À esquerda do Panteão, num ambiente evocador, em que não faltam mesmo, nas ruas, os nomes

históricos e remotos de Clóvis e Clotilde, ergue-se a curiosa fachada triangular da igreja de Saint-Étienne-du-Mont, onde a fantasia dos artistas se entreteve a compor um monumento híbrido, talvez no propósito de tentarem uma conciliação de estilos díspares: o ogival, o do Renascimento e o clássico. Um campanário fino e alto, no flanco, sobrepuja toda a massa architectónica, mas o que o seu exterior forneceu de maior encanto aos meus olhos foram essas quatro colunas da frontaria, de invulgar formosura, caneladas, de aneis paralelos e trabalhados, como ainda não tinha visto em Paris. Porque àquela hora estava fechada, tive a mágoa de não entrar na igreja, não só para admirar a sua preciosa galeria do século XVI, mas também para ver os fragmentos do túmulo de Santa Genoveva — «la châsse» — e os túmulos que conservam as cinzas de Pascal e de Racine.

E eis-me diante do grande monumento de Soufflot — o Panteão. Situado ao fundo da rua que tem o nome do seu architecto, numa linda perspectiva, que é muito semelhante à da Madalena vista da Concórdia, embora menos opulenta, é obra da segunda metade do século XVIII. Composta essencialmente de três partes, — a cúpula romana, a colunata circular, que dá altura e leveza ao edifício, e a fachada, de estilo neo-clássico, — ergue-se a poderosa mole no cimo da colina de Santa Genoveva, destinada, de início, a substituir a antiga igreja consagrada à padroeira de Paris. Vinte e seis anos durou a construção, mas, por fim, os ares prenunciadores da Revolução fizeram-na ter outro destino: — aquele

que, abaixo do frontão triangular, ilustrado por David d'Angers, se lê em grandes letras: «Aux grands hommes la Patrie reconnaissante».

Lá dentro, para além das seis elegantíssimas colunas que sustentam o frontão, têm, com efeito, a sua jazida tumular alguns dos maiores homens da França. Antes, porém, de fazer-se-lhes a reverência, deliciam-se os olhos com as admiráveis pinturas murais, os frescos de Puvis de Chavannes, que enriquecem e enobrecem o interior do monumento. São, geralmente, motivos históricos, arrancados ao passado da França e da sua capital.

É frio o ambiente... Só quando os visitantes atingem certo número é que um guarda, de grossas chaves tilintantes, se aproxima e os conduz à cripta, onde, em celas sucessivas e tristes, repousam os envólucros mortais dalguns franceses imortais: Rousseau, Voltaire, Carnot, Vitor Hugo, Berthelot, Zola, Jaurès... O cicerone, rapidamente, como se tivesse pressa em terminar a lenga-lenga ou o trabalho, lança para o ar, naquela semi-obscuridade, os traços biográficos de cada um dos homens ilustres que ali jazem. Não desejo ouvi-lo. Afasto-me para me concentrar melhor e meditar sobre os Génios que animaram os despojos ali presentes e deixaram à Humanidade, em testamento perpétuo, algumas das mais altas expressões da Poesia, do Ritmo, do Espírito, do Pensamento.

Para os franceses, estas devem ser das maiores glórias da sua pátria, tão fecunda em grandes homens. Ali estão os seus grandes Mortos? Ali jaz também,

mas bem vivo, o seu imenso e justificadíssimo Orgulho.

Saio da cripta, escura e húmida, e deparo, sob a enorme cúpula, com um grupo escultórico, de extraordinárias dimensões, impressionante de força, energia e grandeza. Orna-o uma divisa que me detém a atenção e jamais esquecerei por ser uma síntese da alma francesa, um grito de independência e de patriotismo, um protesto indeclinável do homem moderno, uma afirmação veemente da consciência humana — divisa que bem resume, afinal, a vida e a mensagem dos franceses que ali dormem o eterno sono. E dessa divisa, que leio impressionado, — «Vivre libre ou mourir» — orgulha-se a França, tanto ou mais do que dos seus Grandes Homens.

1955.

Nota do Autor — Quatro crónicas das contidas neste volume não chegaram a ser publicadas em qualquer periódico ou revista. São as intituladas «António Feijó», «Berta Singerman», «Madrid de ontem e Madrid de hoje» e «Nos grandes bulevares de Paris».

ÍNDICE

Ao leitor	5
Uma paixão da mocidade de Sá de Miranda	7
A Fábula do Mondego	13
Um busto de Camões em Paris	19
O duque de Saint-Simon e as suas «Memórias»	23
No centenário de Almeida Garrett	27
O lirismo de Cesário Verde	35
Eça de Queirós em Neuilly	59
Eça de Queirós, Domicio da Gama e a «Revista Moderna»	71
António Feijó	77
Encontro com Afrânio Peixoto	83
O poeta Cândido Guerreiro	91
Uma biografia de S. João de Deus	99
Berta Singerman	107
A Rainha da Inglaterra no Porto	113
Na Catedral de Orense	119
Madrid de ontem e Madrid de hoje	125
Portugal e a França	133
Nos Grandes Bulevares de Paris	139
A colina de Montmartre	145
Uma tarde, no Bairro Latino	151



biblioteca
municipal
barcelos



6467

Ao ritmo da vida